

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57
NIRE 3130002243-9

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

31 de março de 2021

Assembleia Geral Ordinária

30 de abril de 2021

ÍNDICE

I.	Em Assembleia Geral Ordinária	3
II.	Anexo I: Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos Administradores	6
III.	Anexo II: Item 12 do Formulário de referência – Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	43
IV.	Anexo III: Item 13 do Formulário de referência – Remuneração dos Administradores	53
V.	Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária	68

Senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, às 10:00 horas do dia 30 de abril de 2021, de modo totalmente digital, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, no .

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) *Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;*

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme divulgadas em 22 de março de 2021, nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nestes dois últimos através do Sistema Empresas.NET.

Nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

- (ii) *Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;*

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09 não está sendo apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício social findo em 31/12/2020.

- (iii) *Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício fiscal de 2021.*

Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Assim sendo, a Administração recomenda a eleição de 7 (sete) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, o mesmo número de membros do último exercício social.

Propomos que sejam eleitos, para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2021, as pessoas indicadas no Anexo II, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se disposta no Anexo III a esta proposta, notadamente nos itens 1 a 4 e item 15. Propomos que a remuneração global dos administradores a ser paga, seja fixada no montante anual de até R\$ 4.900.000,00.

Informamos, ainda, que na assembleia geral ordinária realizada em 30/04/2020, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores no valor de R\$ 4.650.000,00, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 4.406.837,00, excluindo o Conselho Fiscal, que não é permanente, dos quais R\$ 793.800,00 pagos pelo emissor, R\$ 3.640.037,00 pagos por controladas do emissor, dos quais R\$ 895.161,00 em função do exercício do cargo no emissor, e R\$ 2.744.876,00 devido a outras funções não relacionadas diretamente ao emissor.

O limite ora proposto para o exercício social de 2021, assim como as informações acima apresentadas com relação à remuneração do exercício social de 2020, incluem a remuneração fixa e variável dos administradores, bem como quaisquer benefícios incorridos pela Companhia, diretos ou indiretos.

(iv) Considerando a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2021 pelo acionista controlador, definir o número e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Fiscal, e fixar a sua remuneração.

Tendo em vista que o funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia se encerra na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, conforme disposto no §5º do artigo 161 da Lei nº. 6.404/76, o Acionista Controlador Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS solicitou nova instalação do Conselho Fiscal, com funcionamento até a Assembleia Geral Ordinária que examinar e votar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021.

Nos termos do artigo 28, do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Assim sendo, a Administração recomenda a eleição de 3 (três) membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia, o mesmo número de membros do último exercício social.

Propomos que sejam eleitos, para o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de



2021, as pessoas indicadas no Anexo II, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

Propomos que a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal seja fixada no montante anual de R\$ 216.855,00 para o exercício de 2021.

A Companhia adotará o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia.

No caso de envio diretamente à Companhia, o Acionista deverá enviar o Boletim e a documentação exigida para a Companhia até 7 dias antes da AGO, isto é, até 23/04/2021 inclusive (Art. 21- B, ICVM 481), por meio do endereço eletrônico ri@springs.com. O boletim de voto a distância, com as informações detalhadas de preenchimento e envio, está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, (www.springs.com/ri), na seção Governança Corporativa / Atas de Reunião e Assembleia.

Montes Claros-MG, 31 de março de 2021.

A Administração

Springs Global Participações S.A.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

ANEXO I

Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
REGISTRO NA CVM	Nº 20966
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Alessandra Eloy Gadelha
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
AGENTE ESCRITURADOR	ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SGPS3
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Informações prestadas com base nas demonstrações consolidadas do emissor.

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para cobrir sua necessidade de recursos de curto e médio prazo.

Na tabela a seguir são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Indicadores de liquidez			
Total do ativo circulante	1.364,2	1.278,8	1.486,8
Total do passivo circulante	1.084,3	964,9	1.145,1
<i>Índice de liquidez corrente</i>	<i>1,3</i>	<i>1,3</i>	<i>1,3</i>
<hr/>			
Total do ativo circulante + realizável a longo prazo	1.737,2	1.880,7	2.145,2
Total do passivo circulante + passivo não circulante	1.939,7	1.908,2	1.899,0
<i>Índice de liquidez geral</i>	<i>0,9</i>	<i>1,0</i>	<i>1,1</i>
<hr/>			
Indicadores de endividamento			
Total da dívida líquida	761,6	741,4	856,4
Patrimônio líquido	1.105,7	1.386,6	1.325,0
<i>Índice de endividamento</i>	<i>69%</i>	<i>53%</i>	<i>65%</i>

Em 31 de dezembro de 2020, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,3x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, igual ao valor rerepresentado em 31 de dezembro de 2019.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 0,9x em 31 de dezembro de 2020, menor que valor registrado em 31 de dezembro de 2018, de 1,1x.

O saldo do endividamento líquido, após valor retido, era de R\$ 761,6 milhões e representava 69% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2020. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 186,8 milhões no final do exercício de 2020, com decréscimo de 32,2% em relação aos R\$ 275,3 milhões, valor reapresentado de 31 de dezembro de 2019, aplicado, principalmente, em atividades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2019, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,3x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, igual ao valor reapresentado em 31 de dezembro de 2018.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,0x em 31 de dezembro de 2019, menor que valor registrado em 31 de dezembro de 2018, de 1,1x.

O saldo do endividamento líquido, após valor retido, era de R\$ 741,4 milhões e representava 53% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2019. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 275,3 milhões no final do exercício de 2019, com acréscimo de 16,2% em relação aos R\$ 232,2 milhões, valor reapresentado de 31 de dezembro de 2018, aplicado, principalmente, em atividades operacionais.

b. Estrutura de capital

A tabela a seguir apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de					
	2020	AV (%)	2019	AV (%)	2018	AV (%)
Capital de terceiros - circulante	1.084,3	34,3%	964,9	29,3%	1.145,1	35,5%
Capital de terceiros – não circulante	974,8	30,8%	943,3	28,6%	753,9	23,4%
<i>Capital de terceiros – Total</i>	<i>2.059,0</i>	<i>65,1%</i>	<i>1.908,2</i>	<i>57,9%</i>	<i>1.899,0</i>	<i>58,9%</i>
Capital próprio – Patrimônio Líquido	1.105,7	34,9%	1.386,6	42,1%	1.325,0	41,1%
Total	3.164,8	100,0%	3.294,9	100,0%	3.224,0	100,0%

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Springs Global era 34,9% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 65,1% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Springs Global era 42,1% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 57,9% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Springs Global era 41,1% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 58,9% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

Não ocorreram variações significativas na estrutura de Capital da Companhia nos últimos três anos.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

A Diretoria entende que o nível de liquidez da Companhia, associada à sua geração de caixa operacional, é compatível com seus investimentos, despesas, serviços das dívidas e outros valores a serem pagos nos

próximos anos.

A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	878,1	942,6	945,1
Debêntures	91,1	99,4	148,3
Total da Dívida	969,2	1.042,0	1.093,4
Caixa e equivalentes de caixa	(168,8)	(151,9)	(139,5)
Títulos e valores mobiliários	(18,0)	(123,4)	(92,7)
Instrumentos financeiros, líquidos	-	-	(4,8)
Total do (caixa) dívida líquida	782,4	766,7	856,4
Valores retidos	(20,8)	(25,4)	-
Total da dívida líquida após valores retidos	761,6	741,4	758,9

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como debêntures e Certificados Recebíveis do Agronegócio (“CRA”).

Em 2020, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e de alongar seu perfil da dívida. Em maio de 2020, houve modificação das características da 4ª série de debêntures, que teve o vencimento prorrogado para 19 de fevereiro de 2021, com valor nominal de R\$ 87,5 milhões, com pagamento de amortização e juros em parcela única, na mesma data, com remuneração de 100% da variação acumulada da taxa de juros do CDI mais 4,75% ao ano.

Em 2019, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e de alongar seu perfil da dívida.

Em 2018, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e alongar seu perfil da dívida. A sua controlada Coteminas S.A. emitiu, em 19 de fevereiro de 2018, R\$ 150 milhões em novas debêntures não conversíveis em ações. O valor nominal será amortizado em doze parcelas trimestrais iguais, e os juros pagos trimestralmente corresponderão a 100% da variação acumulada da taxa de juros do CDI mais 2,75% ao ano.

Em 2017, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e alongar seu perfil da dívida. A sua controlada Coteminas S.A. efetuou o pagamento da segunda parcela de amortização, de R\$ 135 milhões, de debêntures não conversíveis em ações, emitida em 30 de maio de 2014, e posteriormente vinculada à emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), e emitiu, em 12 de junho de 2017, R\$ 50 milhões em novas debêntures não conversíveis em ações, que foi posteriormente vinculada à emissão de CRA, com remuneração e garantias idênticas às da

Debênture que lhe dá lastro. O valor nominal será amortizado em quatro parcelas semestrais, a partir de dezoito meses de sua emissão, e os juros pagos semestralmente corresponderão a 110% da variação acumulada da taxa de juros do CDI.

A tabela a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos - Total	878,1	942,6	945,1
Circulante	511,7	511,1	527,2
Não circulante	366,4	431,5	417,8
Debêntures - Total	91,1	99,4	148,3
Circulante	91,1	87,0	74,7
Não circulante	-	12,4	73,7

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2021, a Companhia pretende contratar novos financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e de alongar seu perfil da dívida.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, apresentamos a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia, com instituições financeiras, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ mil	Moeda	Taxa anual de juros - %	Em 31 de dezembro de		
			2020	2019	2018
Moeda nacional:					
BNDES	R\$	3,0 a 9,5	35	168	1.206
Banco do Brasil S.A.	R\$	130,0 a 294,0 do CDI e 7,1 a 9,0	437.668	448.697	474.958
Banco Daycoval S.A.	R\$	5,2 a 7,1 + CDI	47.030	15.743	30.375
Banco BMM S.A.	R\$	149,0 e 150,5 do CDI e 3,9 e 7,0 + CDI	24.481	44.821	70.344
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,3 + CDI	36.320	46.637	48.297



Banco Bradesco S.A.	R\$	6,1 + CDI	17.543	19.760	19.577
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	7,5 + CDI	20.075	3.350	9.098
Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB	R\$	2,8 + CDI		-	25.260
Banco Santander S.A.	R\$	3,5 e 4,7 + CDI	55.228	-	-
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	54.054	46.976	50.476
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,7 e 6,8 + CDI	20.131	30.251	-
Caixa Economica Federal - CCB	R\$	180,0 do CDI	18.971	15.944	-
Banco Pine	R\$	7,8 + CDI	11.926	12.046	-
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	5,2 + CDI	1.255	-	-
Banco ABC do Brasil S.A. - CCB	R\$	3,9 + CDI	10.003	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	R\$	12,5	36.885	-	-
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	R\$	4,4	19.101	-	-
Outros	R\$	-	7.864	6.637	7.849
			818.570	691.030	737.440
Moeda estrangeira:					
Banco Santander S.A. PPE	US\$	8,1	-	124.252	125.004
JP Morgan	US\$	Libor + 0,9	-	18.198	17.491
Banco Patagonia	\$ARG	30,0	1.194	4.657	11.740
Banco Pine S.A.	US\$	9,5	10.471	8.221	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	US\$	7,6	-	29.388	-
Banco Fibra S.A.	US\$	5,0	-	20.261	-
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	8,5	10.019	9.960	9.712
Banco do Brasil S.A.	US\$	4,8 a 5,0	37.859	36.671	43.672
			59.543	251.608	207.619
Total			878.113	942.638	945.059
Circulante			511.703	511.143	527.241
Não circulante			366.410	431.495	417.818

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau, (ii) fiança da Companhia; e (ii) duplicatas a receber.

A seguir, apresentamos a posição das debêntures da Companhia, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ milhões				Circulante			Não Circulante		
Ano de Emissão	Valor de emissão	Vencimento	Encargos anuais (%)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
2017	50,0	2018-2020	110% do CDI	-	12,2	24,5	-	-	12,2
2018 (1)	150,0	2018-2021	100% do CDI + 2,75% a.a.	-	74,8	50,2	12,4	12,4	61,4
2020 (2)	87,5	2020-2021	100% do CDI + 4,75% a.a.	91,1	-	-	-	-	-

(1) Original

(2) Modificada em 14 de maio de 2020

As garantias das debêntures incluem garantias real e fidejussória, com fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva. Os imóveis da controlada Coteminas S.A., cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA em 2017, são utilizados como garantia real. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada Coteminas S.A., com anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada Coteminas S.A. use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários. Um imóvel de 247,3 mil m², localizado em São Gonçalo do Amarante, da controlada Coteminas S.A., cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor da quarta emissão da debênture em 2018, e 1,67 vezes nos anos seguintes, são utilizados como garantia real, assim como os respectivos contratos de locação deste imóvel, podendo o agente fiduciário, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas contratadas pela Companhia são classificadas em dois graus de subordinação:

- a) Quirografárias: sem garantias (títulos de crédito em geral)
- b) Privilegiadas: com garantias reais (penhor e hipoteca)

Em 31 de dezembro de 2020, do total de R\$ 969,2 milhões de endividamento, dos quais R\$ 496,1 milhões são classificados como quirografários e R\$ 473,1 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por duplicatas a receber.

Em 31 de dezembro de 2019, do total de R\$ 1.042,0 milhões de endividamento, dos quais R\$ 551,5 milhões são classificados como quirografários e R\$ 490,5 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por duplicatas a receber.

Em 31 de dezembro de 2018, do total de R\$ 1.093,4 milhões de endividamento, dos quais R\$ 611,8 milhões são classificados como quirografários e R\$ 481,5 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por avais e garantias bancárias.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, igual ou inferior a 4,0x (quatro inteiros) em 2017, 3,5x (três inteiros e cinco décimos) em 2018, e 3,0x (três inteiros) a partir de 2019.

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, igual ou inferior a 3,0 vezes a partir de 2019); (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 vezes; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida, igual ou superior a 2,0 vezes.

Em 31 de dezembro de 2019, todos os índices acima foram atendidos pela Companhia.

Durante o exercício de 2020, devido à redução da rentabilidade decorrente dos efeitos da pandemia do Covid-19, a Companhia e sua controlada Coteminas S.A. obtiveram waiver dos covenants financeiros junto às instituições financeiras.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos brutos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos últimos três exercícios são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

Seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Springs Global passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações vendidas para a Keeco, conforme anunciado em dezembro de 2018, como “Operações descontinuadas”. Em dezembro de 2020, a controlada Springs Global US disponibilizou para venda sua participação em coligada, com operações nos Estados Unidos. Deste modo, o resultado relativo à esta participação foi classificado como resultado de operações descontinuadas.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 reclassificado.

Em R\$ milhões	2020	AV (%)	AH (%)	2019C	AV (%)	AH (%)	2019
Receita operacional líquida	1.535,1	100,0%	7,9%	1.422,5	100,0%	3,8%	1.422,5
Custo dos produtos vendidos	(1.028,8)	(67,0%)	5,8%	(972,6)	(68,4%)	2,8%	(972,6)
Materiais	(531,0)	(34,6%)	7,4%	(494,5)	(34,8%)	5,8%	(494,5)
Custos de conversão e outros	(433,7)	(28,3%)	3,7%	(418,1)	(29,4%)	2,6%	(418,1)
Depreciação	(64,0)	(4,2%)	6,7%	(60,0)	(4,2%)	(15,4%)	(60,0)
Lucro bruto	506,3	33,0%	12,5%	449,9	31,6%	5,8%	449,9
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(461,9)	(30,1%)	20,6%	(383,0)	(26,9%)	1,1%	(383,0)
Despesas com vendas	(335,4)	(21,9%)	25,5%	(267,3)	(18,8%)	2,2%	(267,3)
Despesas gerais e administrativas	(126,5)	(8,2%)	9,4%	(115,7)	(8,1%)	(1,3%)	(115,7)
Equivalência patrimonial	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.	(7,2)
Recuperação de impostos	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-
Outras, líquidas	4,8	0,3%	(73,3%)	18,1	1,3%	192,2%	18,1
Resultado operacional	49,1	3,2%	(42,2%)	85,0	6,0%	(67,5%)	77,9
Resultado financeiro	(230,8)	(15,0%)	2,6%	(225,0)	(15,8%)	14,8%	(225,0)
Resultado antes dos impostos	(181,7)	(11,8%)	n.a.	(139,9)	(9,8%)	n.a.	(147,1)
IR e CSSL	(72,3)	(4,7%)	n.a.	0,6	0,0%	n.a.	0,6
Resultado Líquido Proveniente das Operações Continuadas	(254,0)	(16,5%)	n.a.	(139,4)	(9,8%)	n.a.	(146,5)
Resultado Proveniente das Operações Descontinuadas de Controladas	(67,0)	-4,4%	n.a.	185,1	13,0%	n.a.	192,2
Lucro (Prejuízo) Líquido	(320,9)	-20,9%	n.a.	45,7	3,2%	n.a.	45,7

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 1.535,1 milhões. Em relação ao exercício de 2019, houve aumento de R\$ 112,6 milhões, ou 7,9%. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio Atacado alcançou R\$ 1.104,0 milhões, em linha com o valor registrado em 2019, de R\$ 1.101,6 milhões, negativamente impactada pelo fechamento ou redução do número de horas de funcionamento do comércio em parte significativa do período, devido à pandemia do Covid-19.

A receita líquida do segmento de negócio Varejo atingiu R\$ 431,1 milhões, com ampliação de 34,3% em relação ao ano anterior, positivamente impactada pelo aumento de vendas nas lojas *online*.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1.028,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com crescimento de 5,8% em relação aos R\$ 972,6 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, menor que o acréscimo da receita, e representando 67,0% da receita líquida, ante 68,4% da receita líquida em 2019.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 531,0 milhões em 2020, denominados custos de materiais, com incremento de 7,4% em relação ao ano anterior, devido, principalmente, ao aumento do custo de matérias-primas e insumos, resultante da desvalorização do real.

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 433,7 milhões em 2020, com acréscimo de 3,7% em relação a 2019.

Devido à pandemia do Covid-19 e seu impacto no fechamento do comércio, reduzimos a produção de nossas unidades, visando adequar o nível de produção à menor demanda por causa da crise, no período de abril a agosto de 2020. No retorno da produção das unidades colocadas em regime de *layoff*, a partir do final de agosto, houve um *ramp-up* na produtividade, ainda com impacto negativo no custo de conversão no terceiro trimestre, e alcançando os níveis normais no último trimestre de 2020.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 64,0 milhões em 2020, com incremento de 6,7% entre anos.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 461,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, equivalentes a 30,1% da receita líquida, contra 26,9% no ano anterior.

Em 2020, aumentamos as despesas com mídias eletrônicas e frete, classificadas como despesas com vendas, relacionadas ao crescimento das vendas nas nossas lojas virtuais, que foram cerca de 4 vezes superiores às do ano de 2019. Através do marketing digital, estamos investindo na ampliação da nossa base de cliente.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 somaram R\$ 4,8 milhões, ante outras receitas de R\$ 18,1 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que incluem, entre outros, a variação do valor justo das propriedades para investimento, e os custos legados que permaneceram na controlada Springs US, que englobam despesas com leasing financeiro, planos de aposentadoria e benefícios.

Uma variação positiva de R\$ 5,3 milhões do valor justo das propriedades para investimento foi lançada no resultado do exercício de 2019, ante valor positivo de R\$ 3,8 milhões em 2019.

Lucro Bruto e Lucro Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 506,3 milhões em 2020, com margem bruta de 33,0%, ambos com expansão entre anos.

O resultado operacional foi R\$ 49,1 milhões em 2020, com redução de 42,2% entre anos, devido principalmente às maiores despesas com vendas e ao custo de ociosidade industrial pela parada de unidades por cinco meses.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 225,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 230,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de R\$ 5,8 milhões, devido principalmente pelo (i) aumento de R\$ 24,0 milhões das despesas bancárias, impostos, descontos e outros; (ii) redução de R\$ 10,2 milhões da receita financeira, parcialmente compensados pela (iii) redução de R\$ 13,8 milhões das despesas de juros de arrendamentos; e (iv) redução de R\$ 13,5 milhões das despesas financeiras – juros e encargos;

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia obteve valor negativo de R\$ 72,3 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, ante valor positivo de R\$ 0,6 milhão em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com variação de R\$ 72,8 milhões entre anos.

No primeiro trimestre de 2020, devido à pandemia do Covid-19, houve uma revisão das projeções dos resultados de coligada da Springs Global US, sendo necessário reavaliar a realização dos impostos diferidos ativos da Springs Global US, no valor de R\$ 69,7 milhões, sem efeito caixa.

Resultado Proveniente das Operações Descontinuadas de Controladas

Com a operação de combinação de ativos, a Springs Global US reconheceu um resultado contábil de R\$ 273,0 milhões em 2019, antes de impostos, com absorção do imposto de renda diferido, no valor de R\$ 80,2 milhões. Em 2020, devido à pandemia do Covid-19, houve uma revisão das projeções dos resultados da coligada e, conseqüentemente, foi necessário (i) constituir uma provisão para perda (“impairment”) no ágio apurado na nossa participação no seu capital, e (ii) reavaliar a realização dos impostos diferidos ativos da Springs Global US.

Em dezembro de 2020, a controlada Springs Global US disponibilizou para venda sua participação em coligada, com operações nos Estados Unidos. Deste modo, o resultado relativo à esta participação, igual a valor negativo R\$ 67,0 milhões em 2020, foi classificado como resultado de operações descontinuadas.

Lucro (Prejuízo) do exercício

O prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 alcançou R\$ 320,9 milhões, ante lucro líquido de R\$ 45,7 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em R\$ milhões	2019	AV (%)	AH (%)	2018	AV (%)
Receita operacional líquida	1.422,5	100,0%	3,8%	1.370,8	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(972,6)	(68,4%)	2,8%	(945,7)	(69,0%)
Materiais	(494,5)	(34,8%)	5,8%	(467,5)	(34,1%)
Custos de conversão e outros	(418,1)	(29,4%)	2,6%	(407,4)	(29,7%)
Depreciação	(60,0)	(4,2%)	(15,4%)	(70,9)	(5,2%)
Lucro bruto	449,9	31,6%	5,8%	425,2	31,0%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(383,0)	(26,9%)	1,1%	(378,9)	(27,6%)
Despesas com vendas	(267,3)	(18,8%)	2,2%	(261,7)	(19,1%)
Despesas gerais e administrativas	(115,7)	(8,1%)	(1,3%)	(117,2)	(8,5%)
Equilavência patrimonial	(7,2)	(0,5%)	n.a.	-	0,0%
Recuperação de impostos	-	0,0%	(100,0%)	208,9	15,2%
Outras, líquidas	18,1	1,3%	192,2%	6,2	0,5%
Resultado operacional	77,9	5,5%	(70,2%)	261,4	19,1%
Resultado financeiro	(225,0)	(15,8%)	14,8%	(196,0)	(14,3%)
Resultado antes dos impostos	(147,1)	(10,3%)	n.a.	65,4	4,8%
IR e CSSL	0,6	0,0%	n.a.	(7,5)	(0,5%)
Resultado Líquido Proveniente das Operações Continuadas	(146,5)	(10,3%)	n.a.	57,9	4,2%
Resultado Proveniente das Operações Descontinuadas de Controladas	192,2	13,5%	258,2%	53,7	3,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido	45,7	3,2%	(59,0%)	111,6	8,1%

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 1.422,5 milhões. Em relação ao exercício de 2018, houve aumento de R\$ 51,7 milhões, ou 3,8%. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio Brasil - Atacado alcançou R\$ 1.003,5 milhões em 2019, excluindo receita intracompanhia, com incremento de 3,3% em relação a 2018, positivamente impactada por melhor *mix* de vendas, com menor participação de intermediários e maior preço médio de produtos de cama, mesa e banho

A receita líquida do segmento de negócio Brasil - Varejo atingiu R\$ 268,0 milhões em 2019, 2,0% superior à registrada em 2018.

A receita líquida do segmento de negócio Argentina - Atacado atingiu R\$ 151,0 milhões em 2019, 10,8% superior à registrada em 2018.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 972,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com crescimento de 2,8% em relação aos R\$ 945,7 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, menor que o acréscimo da receita, e representando 68,4% da receita líquida, ante 69,0% da receita líquida em 2018.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 494,5 milhões em 2019, denominados custos de materiais, com incremento de 0,6% em relação ao ano anterior.

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 418,1 milhões em 2019, com acréscimo de 2,6% em relação a 2018.

No final de junho de 2019, consolidamos duas unidades industriais: a unidade de acabamento de São Gonçalo do Amarante, RN, e a unidade de tecelagem plana de Campina Grande, PB, sendo ambas consolidadas pela unidade industrial de Montes Claros, MG, com economias estimadas em cerca de R\$ 5,5 milhões por mês, quando estiverem plenamente alcançadas. As economias esperadas advêm de ganhos de produtividade e conseqüente redução de mão de obra indireta, energias elétrica e térmica, e produtos químicos, entre outros.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 60,0 milhões em 2019, com redução de 15,4% entre anos.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 383,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, equivalentes a 26,9% da receita líquida, contra 27,6% no ano anterior.

Equivalência Patrimonial de subsidiárias

A Companhia celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões. No fechamento da transação ("closing"), ocorrido em 15 de março de 2019, a Springs Global recebeu parte de sua avaliação em dinheiro e parte em ações da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC, representando uma participação de 17,5% do seu capital social.

Em 2019, a Companhia reconheceu resultado de equivalência patrimonial relativo a sua participação minoritário na empresa combinada, que foi valor negativo de R\$ 7,2 milhões.

Recuperação de impostos

A Companhia reconheceu receita, no exercício findo em 31 de 2018, no valor de R\$ 208,9 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia começou a utilizar estes créditos fiscais para fins de compensação de PIS e COFINS, no segundo semestre de 2019, sem impacto no resultado da Companhia. Não houve reconhecimento de receita de recuperação de impostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 somaram R\$ 18,1 milhões, ante outras receitas de R\$ 6,2 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que incluem, entre outros, as receitas de arrendamento do complexo comercial, a variação do valor justo das propriedades para investimento, e os custos legados que permaneceram na controlada Springs US, que englobam despesas com leasing financeiro, planos de aposentadoria e benefícios.

As receitas de arrendamento do empreendimento comercial somaram R\$ 7,7 milhões em 2019, ante R\$ 2,9 milhões em 2018¹, oriundas do *Power Center*, devido à sua crescente taxa de ocupação.

Uma variação positiva de R\$ 3,8 milhões do valor justo das propriedades para investimento foi lançada no resultado do exercício de 2019, ante valor positivo de R\$ 18,3 milhões em 2018.

Lucro Bruto e Lucro Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 449,9 milhões em 2019, com margem bruta de 31,6%, começando a auferir os benefícios de menores preços de matéria prima e de ganhos de produtividade da consolidação de duas unidades industriais. O aumento da receita líquida foi superior à do CPV, resultando em ampliação de 5,8% do lucro bruto e aumento de 0,6 p.p. da margem bruta.

O resultado operacional somou R\$ 85,0 milhões em 2019, antes da equivalência patrimonial da Keeco, com crescimento de 62,1% entre anos, ou R\$ 32,5 milhões, em termos recorrentes e, portanto, excluindo o valor de recuperação de impostos.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 196,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 225,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um incremento de R\$ 28,9 milhões, devido principalmente (i) a contabilização de despesas de juros de arrendamentos, a partir de janeiro do 2019, devido à adoção da Norma IFRS 16², que totalizaram R\$ 27,7 milhões em 2019; (ii) ao aumento de R\$ 14,9 milhões das despesas bancárias, impostos, descontos e outros; e, (iii) ao aumento de R\$ 12,8 milhões das despesas financeiras – juros e encargos, parcialmente compensados pela (iv) a variação de R\$ 16,2 milhões entre os saldos das variações cambiais líquidas.

O saldo das variações cambiais foi negativo em R\$ 30,7 milhões em 2019, ante valor negativo de R\$ 46,9 milhões no 2018. Vale ressaltar que, além de não haver efeito caixa, 92% do valor registrado de variação cambial é relacionado a transações intragrupo, com empresas controladas da Springs Global, que por regras contábeis, o efeito cambial é mensurado em apenas uma das pontas da transação e, portanto, não havendo contrapartida que anule o seu efeito na outra ponta da transação.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia obteve valor positivo de R\$ 0,6 milhão em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ante valor negativo de R\$ 7,5 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com variação de R\$ 8,0 milhões entre anos.

Resultado Proveniente das Operações Descontinuadas de Controladas

A Companhia celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos modalar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões. O fechamento da transação (“closing”) ocorreu em 15 de março de 2019. Com esta operação, a Companhia reconheceu um resultado contábil de R\$ 273,0 milhões em 2019, antes de impostos, com absorção do imposto de renda diferido, no valor de R\$ 80,2 milhões, e, portanto, sem efeito caixa.



Lucro do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 alcançou R\$ 45,7 milhões, ante lucro líquido de R\$ 111,6 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em termos recorrentes, houve ampliação de R\$ 18,5 milhões no resultado líquido da Companhia.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ milhões	2020	AV	AH	2019	AV	AH	2018	AV	AH
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
Ativo									
Ativo circulante	1.364,2	43,1%	6,7%	1.278,8	38,8%	(14,0%)	1.486,8	46,1%	10,6%
Caixa e equivalentes de caixa	168,8	5,3%	11,1%	151,9	4,6%	8,9%	139,5	4,3%	(10,3%)
Títulos e valores mobiliários	16,3	0,5%	(68,8%)	52,3	1,6%	208,0%	17,0	0,5%	(51,7%)
Instrumentos financeiros e derivativos	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	(100,0%)	4,8	0,1%	n.a.
Duplicatas a receber	509,1	16,1%	4,4%	487,8	14,8%	(3,2%)	503,8	15,6%	1,2%
Arrendamentos financeiros a receber	16,2	0,5%	145,9%	6,6	0,2%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Estoques	403,7	12,8%	4,7%	385,4	11,7%	(4,9%)	405,4	12,6%	(24,7%)
Adiantamento a fornecedores	11,6	0,4%	(73,1%)	43,0	1,3%	(24,0%)	56,6	1,8%	52,4%
Impostos a recuperar	65,0	2,1%	(19,7%)	80,9	2,5%	356,4%	17,7	0,6%	(38,1%)
Valores retidos	20,8	0,7%	(18,1%)	25,4	0,8%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Imobilizado disponível para venda	-	0,0%	(100,0%)	12,3	0,4%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Outros créditos a receber	29,0	0,9%	(12,0%)	33,0	1,0%	(2,4%)	33,8	1,0%	(35,4%)
Ativos mantidos para venda	123,7	3,9%	n.a.	-	0,0%	(100,0%)	308,2	9,6%	n.a.
Ativo não circulante	1.800,6	56,9%	(10,7%)	2.016,1	61,2%	16,0%	1.737,3	53,9%	26,2%
Realizável a Longo Prazo	458,4	14,5%	(23,8%)	601,9	18,3%	(8,6%)	658,4	20,4%	72,5%
Títulos e valores mobiliários	1,7	0,1%	(97,6%)	71,0	2,2%	(6,2%)	75,7	2,3%	18,7%
Valores a receber - clientes	25,2	0,8%	5,0%	24,0	0,7%	(40,0%)	39,9	1,2%	6,8%
Partes relacionadas	70,3	2,2%	63,9%	42,9	1,3%	126,5%	18,9	0,6%	(52,3%)

Adiantamento a fornecedores	42,1	1,3%	(36,5%)	66,2	2,0%	22,8%	53,9	1,7%	n.a.
Arrendamentos financeiros a receber	96,7	3,1%	13,6%	85,1	2,6%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Impostos a recuperar	101,9	3,2%	(37,6%)	163,4	5,0%	(28,4%)	228,2	7,1%	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18,8	0,6%	(72,9%)	69,3	2,1%	(53,8%)	150,0	4,7%	67,9%
Imobilizado disponível para venda	16,7	0,5%	38,3%	12,1	0,4%	(67,7%)	37,4	1,2%	11,0%
Depósitos judiciais	10,7	0,3%	(20,2%)	13,4	0,4%	6,9%	12,5	0,4%	(8,3%)
Outros	74,3	2,3%	36,2%	54,6	1,7%	31,1%	41,6	1,3%	20,3%
Permanente	1.342,2	42,4%	(5,1%)	1.414,1	42,9%	31,1%	1.078,9	33,5%	8,4%
Investimentos em coligadas	-	0,0%	(100,0%)	137,9	4,2%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Propriedades para investimentos	405,0	12,8%	(0,4%)	406,8	12,3%	16,9%	347,8	10,8%	64,7%
Imobilizado	635,4	20,1%	2,7%	618,5	18,8%	(4,7%)	649,2	20,1%	(3,0%)
Direito de uso	204,6	6,5%	29,3%	158,3	4,8%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Intangível	97,1	3,1%	4,8%	92,7	2,8%	13,2%	81,9	2,5%	(28,7%)
Total dos ativos	3.164,8	100,0%	(3,9%)	3.294,9	100,0%	2,2%	3.224,0	100,0%	18,5%
Em R\$ milhões	2020	AV	AH	2019	AV	AH	2018	AV	AH
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
Passivo									
Passivo circulante	1.084,3	34,3%	12,4%	964,9	29,3%	(15,7%)	1.145,1	35,5%	50,1%
Empréstimos e financiamentos	511,7	16,2%	0,1%	511,1	15,5%	(3,1%)	527,2	16,4%	18,5%
Debênture	91,1	2,9%	4,7%	87,0	2,6%	16,5%	74,7	2,3%	524,6%
Fornecedores	206,1	6,5%	32,6%	155,4	4,7%	37,7%	112,8	3,5%	-30,9%
Impostos e taxas	38,1	1,2%	148,5%	15,3	0,5%	(21,2%)	19,5	0,6%	43,5%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	(100,0%)	17,8	0,6%	n.a.
Obrigações sociais e trabalhistas	94,5	3,0%	38,2%	68,4	2,1%	8,6%	63,0	2,0%	5,5%
Concessões governamentais	27,7	0,9%	24,5%	22,2	0,7%	4,0%	21,4	0,7%	9,7%

Arrendamentos a pagar	64,4	2,0%	21,5%	53,0	1,6%	505,2%	8,8	0,3%	n.a.
Outras contas a pagar	50,6	1,6%	(3,3%)	52,4	1,6%	(12,6%)	59,9	1,9%	43,7%
Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	(100,0%)	240,1	7,4%	n.a.
Passivo não circulante	974,8	30,8%	3,3%	943,3	28,6%	25,1%	753,9	23,4%	(6,8%)
Empréstimos e financiamentos	366,4	11,6%	(15,1%)	431,5	13,1%	3,3%	417,8	13,0%	(28,2%)
Debênture	-	0,0%	(100,0%)	12,4	0,4%	(83,2%)	73,7	2,3%	101,0%
Arrendamentos a pagar	281,3	8,9%	27,2%	221,2	6,7%	n.a.	14,5	0,4%	n.a.
Partes relacionadas	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	(100,0%)	0,1	0,0%	n.a.
Concessões governamentais	53,2	1,7%	21,6%	43,8	1,3%	(0,7%)	44,1	1,4%	3,0%
Planos de aposentadoria e benefícios	131,7	4,2%	24,1%	106,2	3,2%	2,1%	104,0	3,2%	8,8%
Provisões diversas	13,4	0,4%	3,5%	12,9	0,4%	0,0%	12,9	0,4%	(30,5%)
Impostos diferidos	85,0	2,7%	1,7%	83,6	2,5%	29,9%	64,4	2,0%	n.a.
Outras obrigações	43,7	1,4%	37,6%	31,8	1,0%	40,8%	22,6	0,7%	48,6%
Patrimônio líquido	1.105,7	34,9%	(20,3%)	1.386,6	42,1%	4,6%	1.325,0	41,1%	15,3%
Capital realizado	1.860,3	58,8%	0,0%	1.860,3	56,5%	0,0%	1.860,3	57,7%	0,0%
Reserva de capital	79,4	2,5%	0,0%	79,4	2,4%	0,0%	79,4	2,5%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	113,8	3,6%	(3,4%)	117,8	3,6%	3,3%	114,0	3,5%	38,3%
Ajuste acumulado de conversão	(185,7)	(5,9%)	(19,2%)	(229,7)	(7,0%)	(5,0%)	(241,8)	(7,5%)	(11,8%)
Lucro (prejuízo) acumulado	(762,0)	(24,1%)	72,8%	(441,1)	(13,4%)	(9,4%)	(486,8)	(15,1%)	(21,9%)
Total dos passivos e do patrimônio líquido	3.164,8	100,0%	(3,9%)	3.294,9	100,0%	2,2%	3.224,0	100,0%	18,5%

Saldo em 31 de Dezembro de 2020 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2019

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 1.278,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.364,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, um acréscimo de R\$ 85,4 milhões, ou 6,7%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento de Ativos mantidos para venda, de R\$ 123,7 milhões;
- Redução de Títulos e valores mobiliários, de R\$ 36,0 milhões;
- Redução de Adiantamento de fornecedores, de R\$ 31,5 milhões; e
- Aumento de duplicatas a receber, de R\$ 21,3 milhões.

Em dezembro de 2020, a controlada Springs Global US disponibilizou para venda sua participação em coligada, com operações nos Estados Unidos. Deste modo, o investimento na coligada Keeco Holdings, LLC tinha o saldo de investimento e ágio, no valor de R\$ 123,7 milhões, que foi reclassificado para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 2.016,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1.800,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$ 215,5 milhões, ou 10,7%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 601,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 458,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$ 143,5 milhões, ou 23,8%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução de Títulos e valores mobiliários, de R\$ 69,3 milhões;
- Redução de Impostos a recuperar, de R\$ 61,5 milhões;
- Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 50,5 milhões;
- Aumento de Partes relacionadas, de R\$ 27,4 milhões; e
- Redução de Adiantamento de fornecedores, de R\$ 24,1 milhões.

A Companhia reconheceu o valor de R\$ 208,9 milhões em recuperação de imposto em 2018, que foram habilitados e começaram a ser compensados em 2019.

A Companhia celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões. O fechamento da transação (“closing”) ocorreu em 15 de março de 2019, quando reconheceu o resultado contábil da combinação de ativos e houve baixa das contas Ativos e Passivos mantidos para a venda, com valores de R\$ 308,2 milhões e R\$ 240,1 milhões, respectivamente. O resultado contábil foi de R\$ 273,0 milhões em 2019, antes de impostos, com absorção do imposto de renda diferido, no valor de R\$ 80,2 milhões, e, portanto, este último foi baixado da conta de Imposto de renda e contribuição social diferidos e reconhecido no resultado do exercício de 2019.

No início de 2020, devido à pandemia do Covid-19, houve uma revisão das projeções dos resultados da coligada e, conseqüentemente, foi necessário (i) constituir uma provisão para perda (“impairment”) no ágio apurado na nossa participação no capital da Keeco, no valor de R\$ 42,9 milhões, e (ii) reavaliar a realização dos impostos diferidos ativos da Springs US, com ajuste de R\$ 69,7 milhões.

Investimentos em coligadas

A Companhia celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões. O fechamento da transação (“closing”) ocorreu em 15 de março de 2019, quando recebeu parte de sua avaliação em dinheiro e parte em ações da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC, representando uma participação de 17,5% do seu capital social, contabilizado por R\$ 137,9 milhões em investimentos em coligadas.

Em dezembro de 2020, a controlada Springs Global US disponibilizou para venda sua participação em coligada, com operações nos Estados Unidos. Deste modo, o investimento na coligada Keeco Holdings, LLC tinha o saldo de investimento e ágio, no valor de R\$ 123,7 milhões, que foi reclassificado para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento da Companhia são avaliadas em R\$ 405,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, com uma redução de R\$ 1,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019, devido principalmente à venda de um dos terrenos de Propriedades para Investimentos, localizado em Montes Claros, compensado pela variação do valor justo dos imóveis, e incluem (i) o complexo comercial de São Gonçalo do Amarante, avaliado em R\$ 306,2 milhões; (ii) o complexo residencial de São Gonçalo do Amarante, avaliado em R\$ 45,0 milhões; e (iii) os imóveis de Montes Claros, que somam R\$ 53,8 milhões.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 618,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 635,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 16,9 milhões, ou 2,7%, devido principalmente à adição de R\$ 68,7 milhões, à transferência de R\$ 9,7 milhões de bens recebidos em comodato, e à variação cambial de R\$ 9,0 milhões, parcialmente compensados por depreciação de R\$ 65,2 milhões no exercício de 2020.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 964,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.084,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 119,3 milhões, ou 12,4%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- Aumento de Fornecedores, de R\$ 50,7 milhões;
- Aumento de Obrigações sociais e trabalhistas, de R\$ 26,1 milhões;
- Aumento de Impostos e taxas, de R\$ 22,8 milhões; e
- Aumento de Arrendamentos a pagar, de R\$ 11,4 milhões.

Em relação a conta Fornecedores, houve aumento do prazo médio de pagamento de aproximadamente 58 dias em 31 de dezembro de 2019 para 75 dias em 31 de dezembro de 2020.

Em relação à conta Obrigações sociais e trabalhistas, a retomada de produção com forte demanda fez aumentar o quadro de funcionários no quarto trimestre de 2020, com aumento das provisões trabalhistas.

Em relação à conta Impostos e taxas, o crescimento das vendas no quarto trimestre de 2020 fez aumentar os impostos e taxas a pagar.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 943,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 974,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma ampliação de R\$ 31,5 milhões, ou 3,3%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- Redução de R\$ 65,1 milhões no Empréstimo e financiamento, pela transferência para curto prazo.
- Aumento de Arrendamentos a pagar, de R\$ 60,2 milhões;

- Aumento de Planos de aposentadoria e benefícios, de R\$ 25,5 milhões;
- Redução de R\$ 12,4 milhões de Debêntures, pela transferência para curto prazo; e
- Aumento de Concessões governamentais, de R\$ 9,4 milhões.

O saldo de Arrendamentos a pagar passou de R\$ 274,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 345,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 71,6 milhões, ou 26,1%, devido principalmente (i) à variação cambial de R\$ 64,9 milhões, (ii) à adição de R\$ 42,3 milhões, e (iii) aos encargos de R\$ 35,7 milhões, parcialmente compensados por pagamentos de R\$ 61,9 milhões e renegociações de R\$ 5,7 milhões no exercício de 2020.

O saldo de provisão para plano de aposentadoria e benefícios passou de R\$ 115,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 144,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 29,1 milhões, ou 25,2%, devido principalmente à variação cambial, decorrente da desvalorização do real em relação ao dólar americano.

O saldo de Concessões governamentais passou de R\$ 66,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 80,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 14,8 milhões, ou 22,6%, devido principalmente (i) ao aumento da variação monetária de R\$ 11,9 milhões, (ii) à adição de R\$ 2,9 milhões de juros.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.386,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.105,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, um decréscimo de R\$ 280,9 milhões, ou 20,3%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- Aumento de R\$ 320,9 milhões na conta prejuízo acumulado; e
- Redução de R\$ 44,0 milhões na conta Ajuste acumulado de conversão.

Saldo em 31 de Dezembro de 2019 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2018

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 1.486,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.278,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 208,0 milhões, ou 14,0%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução de Ativos mantidos para venda, de R\$ 308,2 milhões;
- Aumento de Imposto a recuperar, de R\$ 63,2 milhões
- Aumento de Títulos e valores mobiliários, de R\$ 35,3 milhões; e
- Aumento de Valores retidos, de R\$ 25,4 milhões.

A Companhia celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões. O fechamento da transação ("closing") ocorreu em 15 de março de 2019, quando reconheceu o resultado contábil da combinação de ativos e houve baixa das contas Ativos e Passivos mantidos para a venda, com valores de R\$ 308,2 milhões e R\$ 240,1 milhões, respectivamente.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 1.737,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.016,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$ 278,8 milhões, ou 16,0%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 658,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 601,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 56,5 milhões, ou 8,6%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento de Arrendamentos financeiros a receber, de R\$ 85,1 milhões;
- Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 80,8 milhões;
- Redução de Impostos a recuperar, de R\$ 64,8 milhões;
- Redução de Imobilizado disponível para venda, de R\$ 25,4 milhões;
- Aumento de Partes relacionadas, de R\$ 24,0 milhões.

A partir de janeiro de 2019, houve a adoção da norma IFRS 16, que ocasionou algumas alterações no modo de contabilizar os contratos de aluguéis e arrendamentos. O valor na adoção inicial, em 1º de janeiro de 2019, foi de R\$ 265,0 milhões no balanço consolidado da Companhia, entre elas houve a adição da conta de Arrendamentos financeiros, que não existia em 31 de dezembro de 2018 e, em 31 de dezembro de 2019, tinha valor de R\$ 85,1 milhões.

A Companhia reconheceu receita no valor de R\$ 194,3 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS do segmento de negócios América da Sul - Atacado, relativo ao período de janeiro de 2006 a julho de 2017, devido ao êxito em ação judicial ocorrida em maio de 2018. Estes créditos fiscais foram habilitados e começaram a ser usados no segundo semestre de 2019 e, portanto, o valor esperado a ser utilizado em 2020 foi transferido para o ativo circulante.

A Companhia celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões. O fechamento da transação ("closing") ocorreu em 15 de março de 2019, quando reconheceu o resultado contábil da combinação de ativos e houve baixa das contas Ativos e Passivos mantidos para a venda, com valores de R\$ 308,2 milhões e R\$ 240,1 milhões, respectivamente. O resultado contábil foi de R\$ 273,0 milhões em 2019, antes de impostos, com absorção do imposto de renda diferido, no valor de R\$ 80,2 milhões, e, portanto, este último foi baixado da conta de Imposto de renda e contribuição social diferidos e reconhecido no resultado do exercício de 2019.

Em relação a conta Imobilizado disponível para a venda, houve redução de R\$ 13,0 milhões, com R\$ 22,6 milhões por conta de baixas e R\$ 11,2 milhões de transferência do Imobilizado. Houve transferência de valor de R\$ 12,3 milhões para o ativo circulante.

Investimentos em coligadas

A Companhia celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões. O fechamento da transação ("closing") ocorreu em 15 de março de 2019, quando recebeu parte de sua avaliação em dinheiro e parte em ações da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC, representando uma participação de 17,5% do seu capital social, contabilizado por R\$ 137,9 milhões em investimentos em coligadas.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento da Companhia são avaliadas em R\$ 406,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, com aumento de R\$ 58,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, devido principalmente à transferência de uma área que deixou de ser operacional em 2019, e incluem (i) o complexo comercial de São Gonçalo do Amarante, avaliado em R\$ 301,6 milhões; (ii) o complexo residencial de São Gonçalo do Amarante, avaliado em R\$ 45,0 milhões; e (iii) os imóveis de Montes Claros, que somam R\$ 60,2 milhões.

Em 2019, transferimos uma área de cerca de 72,4 mil m² para o complexo comercial. Essa área era ainda utilizada nas nossas operações, cujas atividades foram transferidas para Montes Claros, em julho de 2019.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 649,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 618,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 30,7 milhões, ou 4,7%, devido principalmente à depreciação de R\$ 67,1 milhões no exercício de 2019 e à transferência de R\$ 41,3 milhões para “Propriedades para Investimentos” e de R\$ 11,2 milhões para “Disponível para venda”, parcialmente compensado pela adição de R\$ 88,8 milhões.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 1.145,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 964,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 180,1 milhões, ou 15,7%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- Redução de Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda, de R\$ 240,1 milhões;
- Aumento de Arrendamentos a pagar, de R\$ 53 milhões;
- Aumento de Fornecedores, de R\$ 42,6 milhões;
- Redução de Imposto de renda e contribuição social a pagar, de R\$ 17,7 milhões; e
- Redução de Empréstimos e Financiamentos, de R\$ 16,1 milhões;

A Companhia celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões. O fechamento da transação (“closing”) ocorreu em 15 de março de 2019, quando reconheceu o resultado contábil da combinação de ativos e houve baixa das contas Ativos e Passivos mantidos para a venda, com valores de R\$ 308,2 milhões e R\$ 240,1 milhões, respectivamente.

A partir de janeiro de 2019, houve a adoção da norma IFRS 16, que ocasionou algumas alterações no modo de contabilizar os contratos de aluguéis e arrendamentos. O valor na adoção inicial, em 1º de janeiro de 2019, foi de R\$ 265,0 milhões no balanço consolidado da Companhia, entre elas houve a adição da conta de Arrendamentos a pagar, que não existia em 31 de dezembro de 2018 e, em 31 de dezembro de 2019, tinha valor de R\$ 53,0 milhões.

Em relação a conta Fornecedores, houve aumento do prazo médio de pagamento de aproximadamente 44 dias em 31 de dezembro de 2018 para 58 dias em 31 de dezembro de 2019.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 753,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 943,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma ampliação de R\$ 189,4 milhões, ou 25,1%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- Aumento de Arrendamentos a pagar, de R\$ 206,7 milhões;
- Redução de R\$ 61,3 milhões de Debêntures, pela transferência para curto prazo;
- Aumento de R\$ 19,2 milhões no saldo Impostos diferidos; e
- Aumento de R\$ 13,7 milhões no Empréstimo e financiamento, pela transferência para curto prazo.

A partir de janeiro de 2019, houve a adoção da norma IFRS 16, que ocasionou algumas alterações no modo de contabilizar os contratos de aluguéis e arrendamentos. O valor na adoção inicial, em 1º de janeiro de 2019, foi de R\$ 265,0 milhões no balanço consolidado da Companhia, entre elas houve a adição de R\$ 265,0 milhões da conta de Arrendamentos a pagar, com parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.325,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.386,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de R\$ 61,6 milhões, ou 4,6%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- redução de R\$ 45,7 milhões na conta prejuízo acumulado;
- redução de R\$ 12,1 milhões na conta Ajuste acumulado de conversão; e
- aumento de R\$ 3,7 milhões na conta ajuste de avaliação patrimonial.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Em R\$ milhões	2020	2019	2018
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	259,8	(5,9)	(87,5)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(88,3)	229,5	(25,5)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(151,3)	(209,7)	90,2
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	(3,3)	(1,4)	6,8
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	16,9	12,5	(16,0)

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 259,8 milhões, ante R\$ 5,9 milhões aplicado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, a R\$ 245,6 milhões das variações das contas de ativos e passivos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 88,3 milhões, com variação de R\$ 317,8 milhões em relação aos R\$ 229,5 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando houve aumento de R\$ 329,4 milhões recebidos pela combinação de ativos da América do Norte. Os investimentos no ativo imobilizado somaram R\$ 68,7 milhões em 2020, *versus* R\$ 88,8 milhões em 2019. Reduzimos os investimentos em 2020 para preservar o caixa da Companhia, diante das incertezas relativas à pandemia do Covid-19. Em 2020 reduzimos em R\$ 37,5 milhões os empréstimos entre empresas associadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 151,3 milhões, ante R\$ 209,7 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 devido à maior liquidação de empréstimos, em relação ao ingresso de novos empréstimos, aproveitando as variações das contas de ativos e passivos.

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 5,9 milhões, ante R\$ 81,6 milhões aplicado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, a variação de R\$ 32,6 milhões no resultado operacional, excluindo os itens recuperação de imposto e equivalência patrimonial de subsidiárias, que não teve efeito caixa em 2019, e R\$ 68,3 milhões das variações das contas de ativos e passivos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa gerado pelas atividades de investimento foi de R\$ 229,5 milhões, com variação de R\$ 255,0 milhões em relação aos R\$ 25,5 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 329,4 milhões

recebidos pela combinação de ativos da América do Norte, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 59,1 milhões em investimentos no ativo imobilizado e de R\$ 47,4 milhões nos empréstimos entre empresas associadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 209,7 milhões, ante R\$ 90,2 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 devido à maior liquidação de empréstimos, em relação ao ingresso de novos empréstimos, aproveitando o caixa recebido com a combinação de ativos da América do Norte.

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2018 vs 2017

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 87,5 milhões, ante R\$ 54,0 milhões gerado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, a variação de R\$ 58,8 milhões no resultado operacional, excluindo o item recuperação de imposto, que não teve efeito caixa em 2018, e R\$ 25,4 milhões das variações das contas de ativos e passivos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 25,5 milhões, R\$ 10,5 milhões abaixo dos R\$ 36,0 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 33,6 milhões nos empréstimos entre empresas associadas e à redução de R\$ 33,3 milhões no recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangíveis.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 90,2 milhões, ante R\$ 19,4 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 devido ao maior ingresso de novos empréstimos, em relação às liquidações.

10.2 Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

As receitas da Companhia nos anos de 2018, 2019, e 2020 decorrem basicamente de vendas de produtos de cama, mesa e banho. Em 2019, iniciamos a venda de produtos não têxteis nos nossos canais digitais, como objetos de decoração, produtos de cozinha e mesa posta, através de parceiros, que estão inclusos na receita de Varejo.

Seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Springs Global passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações da América do Norte vendidas para a Keeco, conforme anunciado em dezembro de 2018, como “Operações descontinuadas” a partir do quarto trimestre de 2018 (4T18).

Após a combinação de negócios da América do Norte, a Companhia alterou as suas unidades de negócio para Brasil – Atacado, Brasil – Varejo e Argentina – Atacado. Em 2020, a Companhia alterou as suas unidades de negócio para Atacado, e Varejo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o mercado na América do Sul representou 100% da receita consolidada da Companhia, sendo o Brasil responsável por 90% e a Argentina por 10%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o mercado na América do Sul representou 100% da receita consolidada da Companhia, sendo o Brasil responsável por 89% e a Argentina por 11%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o mercado na América do Sul representou 100% da receita consolidada da Companhia, sendo o Brasil responsável por 90% e a Argentina por 10%.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Em 2020, o resultado operacional somou R\$ 49,1 milhões em 2020, com redução de 42,4% entre anos, ou R\$ 35,9 milhões, excluindo as operações descontinuadas, devido à disponibilização para venda de participação em coligada.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 1.535,1 milhões em 2020, com incremento de 7,9% em relação à de 2020, pelo crescimento das vendas das lojas online no Varejo.

Os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, apresentaram aumento de 7,4% em relação com o ano anterior, devido, principalmente, ao aumento do custo de matérias-primas e insumos, resultante da desvalorização do real.

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, apresentaram acréscimo de 3,7% em relação a 2019.

Devido à pandemia do Covid-19 e seu impacto no fechamento do comércio, reduzimos a produção de nossas unidades, visando adequar o nível de produção à menor demanda por causa da crise, no período de abril a agosto de 2020. No retorno da produção das unidades colocadas em regime de *layoff*, a partir do final de agosto, houve um *ramp-up* na produtividade, ainda com impacto negativo no custo de conversão no terceiro trimestre, e alcançando os níveis normais no último trimestre de 2020.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição teve um incremento de 6,7% entre anos.

Em conjunto, os custos de produtos vendidos (CPV) cresceram 5,8%, em relação ao ano de 2019.

As despesas de vendas, gerais e administrativas tiveram aumento de 20,6% em relação ao ano anterior.

Em 2020, aumentamos as despesas com mídias eletrônicas e frete, classificadas como despesas com vendas, relacionadas ao crescimento das vendas nas nossas lojas virtuais, que foram cerca de 4 vezes superiores às do ano de 2019. Através do marketing digital, estamos investindo na ampliação da nossa base de cliente.

O resultado operacional somou R\$ 85,0 milhões em 2019, antes da equivalência patrimonial da Keeco, com crescimento de 62,1% entre anos, ou R\$ 32,5 milhões, em termos recorrentes.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 1.422,5 milhões em 2019, com incremento de 3,8% em relação à de 2018, positivamente impactada pelo efeito positivo de preço e *mix*, com maior participação da linha de Cama, Mesa e Banho (Cameba)^(c) no volume vendido, que, adicionalmente, apresentaram aumento de 6,8% no seu preço médio entre anos.

Os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, apresentaram aumento de 5,8% em relação com o ano anterior. A queda no preço da matéria prima em 2019 teve impacto mais significativo no último trimestre de 2019, com redução entre anos, e continuará a refletir positivamente na margem bruta nos próximos trimestres, devido ao estoque de matéria prima formado com menores preços.

Os custos de conversão e outros, que englobam, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras, tiveram incremento de 2,6% em relação a 2018. No final de junho de 2019, consolidamos duas unidades industriais: a unidade de acabamento de São Gonçalo do Amarante, RN, e a unidade de tecelagem plana de Campina Grande, PB, sendo ambas consolidadas pela unidade industrial de Montes Claros, MG, com economias esperadas advêm de ganhos de produtividade e consequente redução de mão de obra indireta, energias elétrica e térmica, e produtos químicos, entre outros. No último trimestre de 2019 o custo de conversão e outros já apresentou decréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição teve redução de 15,4% entre.

Em conjunto, os custos de produtos vendidos (CPV) cresceram 2,8%, em relação ao ano de 2018.

As despesas de vendas, gerais e administrativas tiveram aumento de 1,1% em relação ao ano anterior.

Em 2018 o resultado operacional da Companhia apresentou crescimento de 135,0% em relação ao ano anterior reclassificado, totalizando R\$ 261,4 milhões, impulsionado, principalmente, pela recuperação de impostos, reconhecida em 2018, no valor de R\$ 208,9 milhões.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 1.370,8 milhões em 2018, 3,1% inferior à de 2017 classificado, com o efeito negativo da redução do volume vendido parcialmente compensado pelo efeito positivo de preço e *mix*.

Os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, ficaram em linha com o ano anterior reclassificado. Enquanto que os custos de conversão e outros, que englobam, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras, tiveram redução de 4,3% em relação a 2017 reclassificado.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição teve incremento de 6,5% em relação a 2017 reclassificado. Seguindo o IAS-29 para reporte financeiro de economias hiperinflacionárias, corrigimos dados do Balanço de nossa subsidiária na Argentina, incluindo o imobilizado, que passou de R\$ 17,8 milhões para R\$ 44,6 milhões, em 1 de janeiro de 2018, com efeito negativo no resultado devido ao aumento da depreciação contábil dos seus ativos.

Em conjunto, os custos de produtos vendidos (CPV) reduziram 1,8%, em relação ao ano de 2017 reclassificado.

As despesas de vendas, gerais e administrativas tiveram aumento de 4,3% em relação ao ano anterior.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nosso crescimento tem sido impulsionado pela unidade de negócio Varejo, através de vendas nos canais digitais e na expansão de categorias. A participação do varejo na nossa receita passou de 23% em 2019 para próximo de 30% em 2020. A receita de varejo apresentou, em 2020, crescimento de 34% entre anos.

A receita líquida consolidada foi 7,9% superior à de 2019, positivamente impactada pelo aumento de vendas nos canais digitais no Varejo.

Houve decréscimo do volume de vendas de 7,2% entre anos, de 49.481 toneladas em 2019 para 45.898 toneladas em 2019.

O preço médio de nossos produtos teve aumento de 16,3% entre anos, passando de R\$ 28,7 por tonelada em 2019 para R\$ 33,4 por tonelada em 2019.

A receita líquida consolidada foi 3,8% superior à de 2018¹, positivamente impactada pelo efeito positivo de preço e *mix*, com maior participação da linha de Cama, Mesa e Banho (Cameba)^(c) no volume vendido, que, adicionalmente, apresentaram aumento de 6,8% no seu preço médio entre anos.

Houve decréscimo do volume de vendas de 1,7% entre anos, de 50.331 toneladas em 2018 para 49.481 toneladas em 2019.

O preço médio de nossos produtos teve aumento de 5,6% entre anos, passando de R\$ 27,2 por tonelada em 2018 para R\$ 28,7 por tonelada em 2019.

A economia fragilizada no Brasil nos últimos anos dificultou o repasse de inflação e/ou variação cambial para o consumidor final. Deste modo a estratégia da Companhia tem sido oferecer produtos com maior valor agregado e de valor percebido aos consumidores e que, portanto, individualmente, alcançam preços melhores, e deste modo, vem preservando sua margem de venda.

Em 2020, houve aumento no preço médio de nossos produtos de forma a repassar o impacto cambial nos custos de produção.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia possui participação em controladas no exterior cujas moedas funcionais são o Dólar e o Peso Argentino. O efeito da variação da paridade cambial dessas moedas para o Real, moeda funcional da Companhia, é contabilizado em conta do patrimônio líquido e somente afetará o resultado na hipótese de alienação ou baixa daqueles investimentos. A conversão das demonstrações financeiras dessas controladas para o Real pode gerar flutuações nas demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo das variações cambiais foi negativo em R\$ 29,6 milhões em 2020, refletindo a desvalorização do Real no período na posição líquida de passivos em dólar.

O saldo das variações cambiais foi negativo em R\$ 30,7 milhões em 2019, refletindo a desvalorização do Real no período na posição líquida de passivos em dólar. Vale ressaltar que, além de não haver efeito caixa, 92% do valor registrado de variação cambial é relacionado a transações intragrupo, com empresas controladas da

¹ Reclassificado, excluindo operações descontinuadas, para efeito de comparação.

Springs Global, que por regras contábeis, o efeito cambial é mensurado em apenas uma das pontas da transação e, portanto, não havendo contrapartida que anule o seu efeito na outra ponta da transação.

O saldo das variações cambiais foi negativo em R\$ 46,9 milhões em 2018, refletindo a desvalorização do Real no período na posição líquida de passivos em dólar.

Os preços dos principais insumos de produção da Companhia tais como, algodão, poliéster e produtos químicos, são impactados pelo câmbio e pelos preços no mercado mundial.

Em 2020, os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, tiveram aumento de 7,4% em relação com o ano anterior, devido, principalmente, ao aumento do custo de matérias-primas e insumos, resultante da desvalorização do real.

Em 2019, os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, tiveram redução de 0.6% em relação ao ano anterior.

Em 2018, os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, tiveram redução de 0.6% em relação ao ano anterior.

O resultado financeiro é impactado pela taxa de juros, uma vez que a maioria da sua dívida é denominada em Reais e com taxa de juros flutuantes.

Em 2020, as despesas financeiras – juros e encargos – reduziram R\$ 13,5 milhões, influenciadas por menores juros. Em 31 de dezembro de 2020, tínhamos dívida bruta atrelada à taxa CDI no montante de R\$ 854,8 milhões, equivalente a 87% da dívida bruta total.

O contrato de concessão de geração de energia elétrica que a sua controlada Coteminas participa possui atualização monetária relacionada ao IGP-M, sendo o impacto da variação monetária refletido no resultado financeiro da Companhia, com valor de R\$ 11,9 milhões em 2020.

Em 2019, as despesas financeiras – juros e encargos – aumentaram R\$ 12,8 milhões, influenciadas por maior juros e encargos. Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos dívida bruta atrelada à taxa CDI no montante de R\$ 732,5 milhões, equivalente a 70% da dívida bruta total.

Em 2018, as despesas financeiras – juros e encargos – aumentaram R\$ 13,2 milhões, influenciadas por maior dívida bruta. Em 31 de dezembro de 2018, tínhamos dívida bruta atrelada à taxa CDI no montante de R\$ 968,8 milhões, equivalente a 89% da dívida bruta total.

10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia celebrou, em 28 de dezembro de 2018, um acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$126 milhões, sujeita apenas a determinadas condições precedentes, usuais a este tipo de negócio, e, portanto, com alta probabilidade de ocorrência. Deste modo, seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Companhia passou a reportar sua unidade de negócio América do Norte – Atacado como operação descontinuada a partir do quarto trimestre de 2018. O fechamento da transação ocorreu no dia 15 de março de 2019, após o cumprimento das condições precedentes.

Em dezembro de 2020, a controlada Springs Global US disponibilizou para venda sua participação em coligada, com operações nos Estados Unidos. Deste modo, o resultado relativo a esta participação foi classificado como resultado de operações descontinuadas, e o saldo de investimento e ágio, no valor de R\$ 123,7 milhões, que foi reclassificado para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2020, a controlada Coteminas S.A. subscreveu e integralizou capital (i) na controlada Coteminas Argentina S.A., no valor de R\$ 38,3 milhões, (ii) na controlada C7S Tecnologia, no valor de R\$ 7,1 milhões, (iii) na controlada AMMO Varejo Ltda, no valor de 29,3 milhões, e (iv) na controlada Companhia Textil Guarani,

no valor de R\$ 3,7 milhões. A pandemia fez retardar o início das atividades da Companhia Textil Guarani que deve ocorrer no ano de 2021.

Em 2019, a Companhia vendeu para sua controlada Coteminas S.A. a totalidade das cotas representativas do capital social da AMMO Varejo Ltda pelo valor contábil de R\$ 57,7 milhões, utilizando parte dos valores de mútuo.

Em 2019, a empresa Springs Canada Inc foi transferida da controlada Springs US para a Keeco Holdings, LLC e a Springs US passou a deter 17,5% da Keeco, como parte do acordo de combinação de ativos, cujo fechamento ocorreu no dia 15 de março de 2019. Em 2020, foi realizado um novo aporte de capital na coligada Keeco, com ingresso de um novo acionista, quando a Springs US passou a deter 14,27% desta coligada.

Em 2019, a controlada Coteminas S.A. subscreveu e integralizou capital na controlada Coteminas Argentina S.A., no valor de R\$ 5,7 milhões, e na controlada C7S Tecnologia, no valor de R\$ 9,6 milhões.

Em 2019, a controlada Coteminas S.A. investiu R\$ 3,0 milhões na controlada Companhia Textil Guarani, sediada no Paraguai, criada com objetivo de complementar a sua capacidade produtiva, sendo o início de suas atividades previstas para o primeiro semestre de 2020.

Em 2018, a controlada Coteminas S.A. subscreveu e integralizou capital na controlada Coteminas Argentina S.A., no valor de R\$ 28,7 milhões, e na controlada C7S Tecnologia, no valor de R\$ 3,2 milhões.

A controlada C7S Tecnologia foi criada em 2017 com objetivo de desenvolver e fazer a gestão do sistema de vendas pela internet diretamente ao consumidor, cujas atividades tiveram início em fevereiro de 2018.

c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia não realizou operações não usuais nos exercícios sociais de 2018, 2019, e 2020.

10.4 Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

2020

No exercício de 2020 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2019

No exercício de 2019 não houve mudança significativa nas práticas contábeis, exceto a adoção do IFRS 16.

2018

No exercício de 2018 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2020

No exercício de 2020 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2019

No exercício de 2019 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2018

No exercício de 2018 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2020

No exercício de 2020 não houve ressalva no parecer

2019

No exercício de 2019 não houve ressalva no parecer

2018

O relatório dos auditores independentes contempla uma ressalva sobre o reconhecimento de ativos no valor de R\$ 208,9 milhões, referente a créditos de Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS resultantes de ação judicial para excluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, transitada em julgado após o encerramento do exercício de 2018.

Em decorrência disso, ressalva também a classificação de passivos financeiros não circulantes, entendendo como não cumpridas certas cláusulas contratuais de empréstimos.

A Administração da Companhia discorda dessa opinião.

A Companhia, suportada pelo posicionamento dos seus assessores técnicos e jurídicos, entendeu que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com julgamento da Administração, são:

(a) Estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros e não financeiros

Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros- Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(b) Seleção da vida útil do ativo imobilizado

Imobilizado - Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(c) Estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros e não financeiros

Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros exercícios, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(d) Valor justo de propriedades para investimento

Propriedades para investimento -São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis.

(e) Provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

(f) Provisões para impostos sobre a renda

Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

Imposto de renda e contribuição social diferidos -São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos)

Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

(h) Estimativas referentes a seleção da taxa de juros

Risco de taxa de juros - análise de sensibilidade para instrumentos financeiros

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(i) Retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais

Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada Springs Global US.

(j) Investimentos no exterior

Investimentos -Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajustes acumulados de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

Combinação de negócios -O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Ativos intangíveis

Intangível -Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

10.6 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia, nos exercícios sociais de 2019 e 2020, não possuía ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

Nos exercícios sociais de 2018, os valores futuros de arrendamento mercantil da controlada Springs Global US, detalhados a seguir, não apareciam no balanço patrimonial da Companhia.

Arrendamento mercantil

A controlada Springs Global US aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil foi de R\$ 46,0 milhões em 2018, sendo R\$ 15,1 milhões referente às operações descontinuadas e R\$ 30,9 milhões referente às operações continuadas; e R\$ 39,8 milhões em 2017, sendo R\$ 12,1 milhões referente às operações descontinuadas e R\$ 27,6 milhões referente às operações continuadas.

A controlada Springs Global US concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil foi de R\$ 17,9 milhões em 2018, sendo R\$ 0,2 milhão referente às operações descontinuadas e R\$ 17,6 milhões referente às operações continuadas; e R\$ 14,6 milhões em 2017, sendo R\$ 0,2 milhão referente às operações descontinuadas e R\$ 14,4 milhões referente às operações continuadas.

A controlada Springs Global US possui provisão de curto e longo prazo referente às operações continuadas que totalizava R\$ 23,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, e R\$ 21,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

As despesas financeiras de arrendamento mercantil, assim como as receitas financeiras do subarrendamento mercantil (“sub-leasing”), alteram o resultado operacional da Companhia nos valores mencionados no item 10.6, no exercício social de 2018.

- b. Natureza e propósito da operação**

Leasing operacional.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Já mencionado no item 10.6.

10.8 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR

- a. Investimentos**

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em R\$ milhões	Investimentos		
	2020	2019	2018
Total	68,7	88,8	62,1

Os investimentos de capital somaram R\$ 68,7 milhões em 2020, R\$ 88,8 milhões em 2019, e R\$ 62,1 milhões em 2018, principalmente, à melhoria operacional.

Reduzimos os investimentos de capital, em 2020, para preservar o caixa da Companhia, diante das incertezas relativas à pandemia do Covid-19. Os principais investimentos realizados foram: (i) expansão e melhorias em centros de distribuição, (ii) maquinário para produtos de proteção à saúde, e (iii) tecnologia digital e industrial.

Os investimentos em centros de distribuição são para estarmos preparados para atendermos volumes cada vez maiores, com prazos cada vez menores, além de reduzir o custo da operação do centro de distribuição.

Os investimentos realizados em equipamentos sofisticados nos permitirá lançar coleções cápsulas e novos produtos em uma velocidade única nas Américas, fortalecendo as nossas marcas em termos de qualidade de produto e permitindo maior flexibilidade em relação a flutuações de demanda, com menores estoques e risco de perda de venda ou *mark down*.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

A Companhia celebrou, em 28 de dezembro de 2018, um acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte. A Springs Global, cujas operações foram avaliadas em US\$ 126 milhões, recebeu US\$ 90 milhões em dinheiro, no fechamento da transação (“closing”), e US\$ 36 milhões em ações da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC, representando uma participação de 17,5% do seu capital social. O fechamento da transação ocorreu no dia 15 de março de 2019, após o cumprimento das condições precedentes.

Em dezembro de 2020, a controlada Springs Global US disponibilizou para venda sua participação em coligada, com operações nos Estados Unidos. Deste modo, o resultado relativo a esta participação foi classificado como resultado de operações descontinuadas, e o saldo de investimento e ágio, no valor de R\$ 123,7 milhões, que foi reclassificado para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Após reestruturação de sua capacidade operacional no Brasil, a Companhia disponibilizou três ativos para venda, com valor contábil de cerca de R\$ 100 milhões e valor à mercado de R\$ 230 milhões, de acordo com avaliação efetuada em 2012 pela Cushman & Wakefield: (i) terreno em São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC.

Em 10 de fevereiro de 2015, a Companhia anunciou ao mercado que sua controlada Coteminas S.A. concluiu negociação de venda, para o Município de Montes Claros, do imóvel localizado na Av. Governador Magalhães Pinto, 4000, compreendendo o terreno de 161.930 m², com edificações com cerca de 28 mil m² de área construída, pelo valor total de R\$ 48 milhões de reais, a serem pagos em 48 meses, sendo 12 meses de carência, corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A controlada Coteminas S.A. possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em 31 de dezembro de 2016, haviam 8 parcelas vencidas. A Administração da Companhia classificou a totalidade do recebível como ativo não circulante, tendo como pressuposto a atual situação financeira do Município e também a possibilidade do alongamento dos vencimentos do referido crédito. A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus advogados e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível, seja pela modificação das condições de pagamento ou pela retomada do imóvel.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada Coteminas S.A. assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que irá abrigar o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel. Os principais pontos do protocolo são: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados, para pagamento parcial dos recebíveis da controlada Coteminas S.A., os quais serão objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total do recebível) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total do recebível) e ii) implantação pela controlada Coteminas S.A. da primeira etapa de adequação do complexo em até sete meses após a assinatura do contrato. A ratificação do protocolo deverá ser objeto de projeto de lei municipal a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara.

Em 21 de dezembro de 2018 foi promulgada lei nº 5.111, ratificando o protocolo de intenções acima referido determinando que fosse liquidado o recebível da controlada CSA corrigido até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 54,6 milhões, mais investimentos a serem realizados pela controlada Coteminas S.A. para a implantação da primeira etapa de adequação do complexo no valor orçado de até R\$ 11,2 milhões e reembolso dos valores despendidos pela controlada Coteminas S.A. com a contratação de projetos e avaliações independentes dos imóveis no valor de R\$ 0,4 milhão, da seguinte forma: (i) entrega de diversos imóveis de propriedade da Prefeitura, avaliados em R\$ 55,3 milhões; (ii) créditos de impostos e taxas municipais, no valor de R\$ 10,9 milhões.

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões. Em 2018, realizamos uma segunda mensuração do valor justo do complexo comercial, apurado em R\$ 248,3 milhões, com incremento de R\$ 18,3 milhões em relação à avaliação anterior.

Em 2018, disponibilizamos uma nova área de 520 mil m², no município de São Gonçalo do Amarante – RN, para início de empreendimento habitacional, com valor justo apurado de R\$ 44,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não ocorreram aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Em 2020, a Companhia adquiriu maquinário para fabricar produtos de proteção individual para área da saúde, como máscaras e aventais cirúrgicos, protetores de cabelo e pé.

Em 2019, a controlada Coteminas S.A. investiu R\$ 3,0 milhões na controlada Companhia Textil Guarani, sediada no Paraguai, criada com objetivo de complementar a sua capacidade produtiva, cujo o início de suas atividades estava inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2020, porém, devido à pandemia, foi postergado para o ano de 2021.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve investimentos em novos produtos e serviços que podem influenciar materialmente o resultado da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Em 2020, a Companhia entrou no mercado de uniformes e máscaras descartáveis, fabricadas em não tecido, para o setor de saúde, e também de máscaras de proteção reutilizáveis. Os equipamentos foram importados no primeiro trimestre de 2020 e a produção começou em abril de 2020, com capacidade de fabricação de um milhão de itens por dia.

Em 2020, a Companhia lançou a marca Persono, com soluções voltadas ao bem-estar e qualidade de sono, com objetivo de tornar acessíveis produtos e serviços que permitam as pessoas conhecer melhor e disciplinar sua rotina de sono, resultando numa vida mais saudável e produtiva. Para o desenvolvimento da tecnologia, a Companhia tem realizado parcerias com renomados institutos de polissonografia, além de investir em ciência de dados na busca de sistemas de alta precisão e eficiência para monitoramento do sono.

10.9 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 10

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

ANEXO II

Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

Eleição dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
REGISTRO NA CVM	n.º 20966
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Alessandra Eloy Gadelha
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
AGENTE ESCRITURADOR	ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SGPS3
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela.

Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor				se é independente, critério	
João Gustavo Rebello de Paula	14/07/1968	Conselho de Administração	30/04/2020	1 ano	14
692.239.806-82	Engenheiro	Presidente do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim	100%
Não				Não	
Josué Christiano Gomes da Silva	25/12/1963	Conselho de Administração e Diretoria	30/04/2020 (a) / 25/06/2020 (b)	1 ano	14 (a) / 16 (b)
493.795.776-72	Engenheiro a Advogado	Membro do Conselho de Administração (a)	30/04/2020 (a) / 25/06/2020 (b)	Sim	100% (a)
Não		Diretor Presidente (b)		Não	
Jorge Manuel Seabra de Freitas	27/02/1960	Conselho de Administração	30/04/2020	1 ano	3
235.617.088-03	Bacharel em Economia	Membro do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim	86%
Não				Sim	
Antônio Adriano Silva	02/03/1944	Conselho de Administração	n.a.	n.a.	n.a.
056.346.956-00	Bacharel em Administração	Membro do Conselho de Administração	n.a.	n.a.	n.a.
Não				Não	
João Batista da Cunha Bomfim	24/06/1939	Conselho de Administração	30/04/2020	1 ano	14
006.498.306-44	Contador e Advogado	Membro do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim	100%
Não				Não	
Antonio Sérgio Riede	11/09/1956	Conselho de Administração	30/04/2020	1 ano	0
201.299.809-78	Administrador	Membro do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim	100%
				Sim	
Pedro Henrique Chermont de Miranda	24/08/1973	Conselho de Administração	30/04/2020	1 ano	9
023.120.657-70	Engenheiro Mecânico	Membro do Conselho de Administração	30/04/2020	Sim	100%
Não				Sim	

Principais Experiências Profissionais

João Gustavo Rebello de Paula é formado em engenharia mecânica pela UFMG, fez mestrado em administração de empresas (MBA) pela Kelly School of Business, Indiana University (EUA). O Sr. João Gustavo é diretor da Farpal Agropastoril e Participações Ltda, sociedade empresária que atua na área agropastoril; Econorte- Empresa Construtora Norte de Minas Ltda., sociedade do setor de construção civil; e, Ecopar- Empresa de Comércio e Participações Ltda., sociedade de investimentos e participações. Trabalhou, ainda, como diretor de novos negócios da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS entre 1995 e 1997 e como consultor associado na Booz-Allen & Hamilton, entre 1993 e 1995. Atualmente é membro do Conselho de administração da Springs Global Participações S.A, da Companhia de Tecidos Norte de Minas -

COTEMINAS e da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A.- Encorpar. O Sr. João Gustavo é também membro suplente da Companhia Tecidos Santanense.

Josué Christiano Gomes da Silva é formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em direito pela Faculdade Milton Campos. Possui mestrado em administração de empresas pela Universidade de Vanderbilt, Tennessee (EUA). É presidente do Conselho de administração e diretor presidente da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, holding que controla diretamente a emissora; da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. – Encorpar, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; e, da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais. É presidente do Conselho de Administração da Cantagalo General Grains S.A. e da CGG Trading S.A.. Atualmente é diretor-presidente das seguintes empresas José Alencar Gomes da Silva – Participações e Empreendimentos S.A., sociedade empresária de investimentos e participações; Fazenda do Cantagalo Ltda., sociedade que opera na área agropecuária e na produção e engarrafamento de aguardente; Econorte – Empresa Construtora Norte de Minas Ltda, sociedade da área da construção civil; Ecopar – Empresa de Comércio e Participações Ltda, sociedade de investimentos e participações; Diretor Presidente da COTEMINAS S.A., Diretor Presidente da OXFORD COM. E PART. S.A.; Presidente da SEDA S.A.; e Diretor Presidente da AMMO Varejo; e da Springs Global Participações S.A., indústria têxtil atuante no setor de cama, mesa e banho; . O Sr. Josué é membro do Conselho e ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, ex-presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções, vice presidente da FIESP – Federação da Indústrias do Estado de São Paulo, vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL, e presidente do ITMF – “International Textile Manufacturers Federation”.

Jorge Seabra Freitas é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e graduado no International Executive Programme e em Competitive Strategy, ambos pelo INSEAD. O Sr. Freitas é membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012, administrador da Amorim Holding II desde agosto de 2011, e administrador do Grupo Arcotêxteis, S.A. desde março de 2009. Antes de ingressar na Galp, foi presidente do Conselho de Administração da Coelima Indústrias Têxteis, S.A., entre janeiro de 1992 e maio de 2011.

Antônio Adriano Silva cursou Administração de Empresa na UNA – Universidade de Negócios e Administração e especializou em Marketing, Propaganda, RP e Comunicação. O Sr. Silva assessora a Presidência da Coteminas e cuida da Relação Institucional da Coteminas. O Sr. Silva chefiou o Gabinete da Presidência da República do Brasil por dois mandatos, de 2003 a 2010. O Sr. Silva foi membro do Conselho de Administração da CEMIG, INFRAERO e CONTAX.

João Batista da Cunha Bomfim é técnico em Contabilidade, Bacharel em Direito e fez diversos cursos, entre eles: Curso Fiscais e Fiscalização de Projetos- Sudene, Curso de Direito Trabalhista, Administração Financeira – ADF (UFMG), Análise Financeira e Contabilidade Administrativa, na Fundação João Pinheiro. Atualmente o Sr. Bomfim é diretor da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS; diretor da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; e da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. – ENCORPAR, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais; e do Conselho de Administração da Springs Global Participações S.A.. O Sr. Bomfim é também diretor da AMMO Varejo Ltda. e da OXFORD Com. e Part. S.A.

Antonio Sérgio Riede administrador e atualmente é conselheiro deliberativo do da Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Antonio Sergio foi membro do conselho de administração da Kepler Weber S.A. de abril de 2017 a janeiro de 2020; presidente da diretoria executiva, de 2012 a 2016, e conselheiro deliberativo, de 2016 a 2017, da ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil; conselheiro fiscal da Fibria, em 2015 e 2016; conselheiro fiscal da INVEPAR, de 2013 a 2015; conselheiro deliberativo da FENABB – Federação Nacional das AABBs, de 2011 a 2017; e conselheiro deliberativo da AABB Brasília, de 2010 a 2019.

Pedro Henrique Chermont de Miranda é sócio fundador da Leblon Equities Gestão de Recursos e gestor dos fundos. Pedro tem 18 anos de experiência no mercado acionário brasileiro, tendo trabalhado 13 anos na Investidor Profissional (IP), uma das primeiras gestoras de recursos independentes do Brasil, onde foi gestor de fundos que somavam patrimônio da ordem de US\$1,5 Bilhão. Pedro foi membro do Conselho de administração da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A., da Companhia Brasileira de Distribuição

(CBD). O Sr. Pedro é graduado em Engenharia Mecânica pela PUC-RJ e membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S.A..

Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador se é independente, critério	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
João Martinez Fortes Júnior	07/04/1962	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 ano	9
060.710.266-91	Contador	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2020	Sim	100%
Não					
Michael John Morrell	12/03/1956	Conselho Fiscal	n.a.	n.a.	n.a.
857.178.948-72	Bacharel em Contabilidade e Administração	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	n.a.	n.a.	n.a.
Não					
Clóvis Antônio Pereira Pinto	23/11/1964	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 ano	0
065.997.948-90	auditor	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2020	Sim	100%
Não					
Norton Antonio Fagundes Reis	22/09/1949	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 ano	3
138.351.226-49	Bacharel em Direito	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	30/04/2020	Sim	03/01/1900
Não					
José Francisco Santos Quintanilha	12/11/1955	Conselho Fiscal	n.a.	n.a.	n.a.
875.131.458-49	Bacharel em Contabilidade	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	n.a.	n.a.	n.a.
Não					
José Ricardo Uchôa Cavalcanti Almeida	15/02/1965	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 ano	0
439.459.964-49	Engenheiro	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	30/04/2020	Sim	n.a.
Não					

Principais Experiências Profissionais

João Martinez Fortes Júnior é contador e membro efetivo do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS e da Springs Global Participações S.A.

Michael John Morrell é formado em contabilidade e administração, com graduação e MBA pela Fundação Getúlio Vargas, sendo Conselheiro Certificado pelo IBGC e membro das Comissões de Pessoas e Internacional. O Sr. Morrell foi sócio da Deloitte e da Arthur Andersen, tendo atuado nas áreas de Auditoria, Recursos Humanos, entre outros. Atualmente, o Sr. Morrell é consultor independente em assuntos de governança corporativa, coach de executivos, presidente do Conselho Consultivo da Assetz Expert Recruitment e da Junior Achievement São Paulo, além de membro do Conselho Curador da Fundação Everis, e do Conselho de Gestão da Igreja Batista do Morumbi.

Clóvis Antônio Pereira Pinto é auditor e coordenador do Comitê de Auditoria da Even S.A., desde 2015. Ademais, Clóvis é membro do Conselho Fiscal da Aldeias Infantis SOS Brasil, sócio da CPP Consultoria em Governança Corporativa e Serviços Contábeis, e membro suplente do Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos. Clóvis foi diretor de auditoria da PwC – PricewaterhouseCoopers de 1984 a 2015.

Norton Antonio Fagundes Reis é advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas Vianna Júnior de Juiz de Fora/ MG e registrado na OAB/MG sob o n.º 26.291; Contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis de Visconde do Rio Branco/MG e registrado no CRC/MG sob o n.º 034835/0; Ex-presidente e Ex-Diretor da Associação Comercial e Industrial de Ubá/MG; Ex-diretor da Empresa Wembley S.A.; Ex-diretor da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS.

José Francisco Santos Quintanilha tem formação em Bacharel em Contabilidade, com graduação pela Faculdade de Economia São Luís, sendo certificado pelo IBGC como Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal e membro da Comissão de Finanças e Contabilidade do IBGC. Atualmente, o Sr. Quintanilha atua como consultor empresarial nas áreas de Finanças, Contabilidade e Governança Corporativa na JFSQ Consultoria. Anteriormente, O Sr. Quintanilha atuou por 40 anos nas áreas de Auditoria, Contabilidade e Finanças, ocupando várias posições executivas, nas empresas Grupo CCE – Eletroeletrônico, Sonopress Rimo – Bertelsmann, Farmasa – Laboratórios, Intermédica Notre Dame, Grupo Sorana, Cimed – laboratórios, TDB Textil (TIP TOP), Grupo Tupy, A T Kearney, Tecnologia Bancária – Tecban, e Arthur Andersen.

José Ricardo Uchôa Cavalcanti Almeida é engenheiro diretor estatutário de administração e gestão da Deten Química S.A.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal:

Não há qualquer condenação criminal envolvendo os membros da Administração e do conselho fiscal indicados acima.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:

Não há qualquer condenação em processo administrativo da CVM envolvendo os membros da Administração e do conselho fiscal acima indicados.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não há qualquer condenação transitada em julgado envolvendo os membros da Administração e do conselho fiscal acima indicados.

12.6. Em relação a cada um dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal do emissor, informar, em forma de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no último exercício, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Conselho de Administração

Nome	Período	Nº Reuniões realizadas (A)	Nº Reuniões atendidas (B)	% Participação (B) / (A)
João Gustavo Rebello de Paula	30/04/2020 - 31/12/2020	7	7	100%
Josué Christiano Gomes da Silva	30/04/2020 - 31/12/2020	7	7	100%
Jorge Manuel Seabra de Freitas	30/04/2020 - 31/12/2020	7	6	86%
Antônio Adriano Silva	30/04/2020 - 31/12/2020	n.a.	n.a.	n.a.
João Batista da Cunha Bomfim	30/04/2020 - 31/12/2020	7	7	100%
Antonio Sérgio Riede	30/04/2020 - 31/12/2020	7	7	100%
Pedro Henrique Chermont de Miranda	30/04/2020 - 31/12/2020	7	7	100%

Conselho Fiscal

Nome	Período	Nº Reuniões realizadas (A)	Nº Reuniões atendidas (B)	% Participação (B) / (A)
João Martinez Fortes Júnior	30/04/2020 - 31/12/2020	3	3	100%
Michael John Morrell	30/04/2020 - 31/12/2020	n.a.	n.a.	n.a.

Clóvis Antônio Pereira Pinto	30/04/2020 - 31/12/2020	3	3	100%
Norton Antonio Fagundes Reis	30/04/2020 - 31/12/2020	n.a.	n.a.	n.a.
José Francisco Santos Quintanilha	30/04/2020 - 31/12/2020	n.a.	n.a.	n.a.
José Ricardo Uchôa Cavalcanti Almeida	30/04/2020 - 31/12/2020	n.a.	n.a.	n.a.

12.7. Composição dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

12.8. Em relação a cada pessoa que atua como membro de comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

a. administradores do emissor

Não aplicável.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não aplicável.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filho/Mãe

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Marido/Esposa

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Vice presidente do Conselho de Administração e Vice Presidente

Tipo de parentesco: Filho/Mãe

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Marido/Esposa

12.10. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- e. Sociedade controla, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2020.

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: AMMO Varejo Ltda. / CNPJ: 03.494.776/0001-01
- Cargo: Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta

- f. Controlador direto ou indireto do emissor**

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019.

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlador direto

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: controlador indireto

g. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladas ou controladas dessas pessoas

Não aplicável

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

ANEXO III

Item 13 do Formulário de Referência

Definição da Remuneração Global dos Administradores



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
REGISTRO NA CVM	n.º 20966
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Alessandra Eloy Gadelha
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
AGENTE ESCRITURADOR	ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SGPS3
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas adotam uma política de remuneração única que estabelece as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do pessoal-chave da sua administração.

Constitui pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, para fins da Política, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária (“diretoria”) e do conselho fiscal (“Pessoal-Chave da Administração”).

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais da rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração tem como objetivo principal alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração aos da Companhia e suas controladas, atribuindo uma remuneração total compatível com as observadas nos mercados de atuação, contribuindo não apenas para estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também para a geração de valor aos acionistas. A Política de Remuneração não foi formalmente aprovada por órgão da Companhia.

b. composição da remuneração

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração da Companhia é constituída pelos seguintes componentes: (a) remuneração fixa e (b) remuneração variável.

(a) Remuneração fixa;

A remuneração fixa do Pessoal-Chave da Administração compõe parcela da remuneração ordinária e é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo, de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas dos mesmos setores de atuação da Companhia, empresas de capital aberto de porte e características semelhantes ou que possuam estratégias de remuneração total similares às da Companhia.

Os membros do conselho fiscal e de administração podem receber até 12 salários; para os demais membros da administração (diretoria estatutária e não estatutária), adicionalmente aos 12 salários anuais a Companhia também oferece o décimo terceiro salário nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

(b) Remuneração variável;

Parcela do Pessoal-Chave da Administração é elegível a remuneração variável ordinária, representada por honorários complementares, pagos na forma de bônus anuais, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia. Os montantes atribuídos resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão.

O plano de bônus anuais que podem variar de 1 a 3 salários anuais, dependendo do desempenho da Companhia e de cada membro individualmente.

Na controlada Springs Global US, substancialmente, todos os funcionários são cobertos por planos de contribuição definida, sendo alguns de seus funcionários cobertos por plano de benefício definido, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada Springs Global US são ajustadas periodicamente.

As contribuições da controlada Springs Global US aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA (“Employee Retirement Income Security Act”) e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

A controlada Springs Global US também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício Social corrente 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	n.a.	100%	100%
Remuneração variável	0%	n.a.	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	0%	n.a.	0%	0%
Total da remuneração	100%	n.a.	100%	100%

Exercício Social corrente 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	n.a.	100%	100%
Remuneração variável	0%	n.a.	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	0%	n.a.	0%	0%
Total da remuneração	100%	n.a.	100%	100%

Exercício Social corrente 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	n.a.	100%	100%
Remuneração variável	0%	n.a.	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	0%	n.a.	0%	0%
Total da remuneração	100%	n.a.	100%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

(a) Remuneração fixa;

O montante atribuído como remuneração fixa ordinária ao Pessoal-Chave da Administração pode, a critério do conselho de administração, ser atualizado monetariamente e revisto periodicamente para adequar-se às melhores práticas de mercado.

(b) Remuneração variável;

Os montantes atribuídos como remuneração ordinária variável resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em comum acordo, em processo de aprovação orçamentária.

A parcela de remuneração variável, acrescida da parcela de remuneração fixa, constitui a remuneração ordinária total atribuída ao Pessoal-Chave da Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração visa reconhecer as responsabilidades do cargo de cada participante e as práticas de mercado. Em relação à remuneração atribuída aos membros da diretoria, a proporção dos respectivos componentes tem por objetivo promover o alinhamento de seus interesses aos da Companhia, tanto no médio quanto no longo prazo, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

v. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.

Alguns membros da administração não são remunerados pelo emissor, devido à Companhia ser *holding*, mas são remunerados por sua participação na administração da Companhia por empresas controladas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os componentes da remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração são baseados em indicadores de desempenho financeiro, operacional e de geração de caixa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A evolução dos indicadores de desempenho é refletida na parcela variável da remuneração atribuída aos membros da diretoria da Companhia. Os montantes relativos a tal parcela resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em quando da aprovação do orçamento da Companhia, avaliados anualmente pelos órgãos da administração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração alinha os interesses da Companhia aos do Pessoal-Chave da Administração ao atribuir uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia e seus objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros da diretoria e alguns membros do conselho de administração da Companhia exercem mandato concomitante em sociedades controladas, como também nas sociedades que detêm o controle direto ou indireto da Companhia. As parcelas relativas aos montantes da remuneração atribuída pela Companhia a seus administradores, bem como os montantes atribuídos a tais administradores pelas controladas e controladores diretos e indiretos e a remuneração consolidada atribuída ao Pessoal-Chave da Administração, são informados no item 13.15 deste documento.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários da Companhia, suas controladas e seus controladores.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores e sua distribuição competirá ao Conselho de Administração, que levará em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição da remuneração global deve levar em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O emissor não possui política formal de remuneração aprovada pelo conselho de administração.

13.2. Remuneração do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social corrente 31/12/2021- Prevista (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	0	13
Nº de membros remunerados	7	0	0	7
Remuneração fixa anual	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Salário ou pró-labore	1.200.000,00			1.200.000,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00

* Valores ainda não definidos que serão reconhecidos no resultado do emissor. Para esclarecimento, o valor da remuneração global proposta de R\$ 4.900.000,00, exclui a remuneração do Conselho Fiscal e contempla valores a serem pagos por controladas do emissor aos administradores por funções exercidas no emissor, estimadas em R\$ 3.700.000,00.

Exercício Social corrente 31/12/2020 - (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	0,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual	793.800,00	0,00	119.088,00	912.888,00
Salário ou pró-labore	793.800,00	0	119.088,00	912.888,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	793.800,00	0,00	119.088,00	912.888,00

* Dois membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Estatutária receberam por controladas do emissor em função do exercício do cargo no emissor, conforme ilustrado no item 13.15. O valor da remuneração global, em 2020, foi igual a R\$ 4.406.837,00, excluindo o Conselho Fiscal, que não é permanente, dos quais R\$ 793.800,00 pagos pelo emissor, R\$ 3.640.037,00 pagos por controladas do emissor, dos quais R\$ 895.161,00 em função do exercício do cargo no emissor, e R\$ 2.744.876,00 devido a outras funções não relacionadas diretamente ao emissor, ante remuneração global aprovada em Assembleia Geral Ordinária de R\$ 4.650.000,00.

Exercício Social corrente 31/12/2019 - (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	0,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual	793.800,00	0,00	119.088,00	912.888,00
Salário ou pró-labore	793.800,00	0	119.088,00	912.888,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	793.800,00	0,00	119.088,00	912.888,00

* Dois membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Estatutária receberam por controladas do emissor em função do exercício do cargo no emissor, conforme ilustrado no item 13.15. O valor da remuneração global, em 2019, foi igual a R\$ 4.254.982,00, contemplando os valores pagos por controladas do emissor aos administradores por funções exercidas no emissor, estimadas e excluindo a remuneração do Conselho Fiscal, ante remuneração global aprovada em Assembleia Geral Ordinária de R\$ 4.650.000,00.

Exercício Social corrente 31/12/2018 - (Em Reais)	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total*
Nº de membros	7,67	3,00	3,00	13,67
Nº de membros remunerados	6,00	0,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual	913.200,00	0,00	116.119,76	1.029.319,76
Salário ou pró-labore	913.200,00		116.119,76	1.029.319,76
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	913.200,00	0,00	116.119,76	1.029.319,76

* Dois membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Estatutária receberam por controladas do emissor em função do exercício do cargo no emissor, conforme ilustrado no item 13.15. O valor da remuneração global, em 2018, foi igual a R\$ 4.364.933,00, contemplando os valores pagos por controladas do emissor aos administradores por funções exercidas no emissor, estimadas e excluindo a remuneração do Conselho Fiscal, ante remuneração global aprovada em Assembleia Geral Ordinária de R\$ 4.300.000,00.

Exercício Social findo em 31/12/2020 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	7	3	3	5	0	3
Fevereiro	7	3	3	5	0	3
Março	7	3	3	5	0	3
Abril	7	3	3	5	0	3
Maio	7	3	3	5	0	3
Junho	7	3	3	5	0	3
Julho	7	3	3	5	0	3
Agosto	7	3	3	5	0	3
Setembro	7	3	3	5	0	3
Outubro	7	3	3	5	0	3
Novembro	7	3	3	5	0	3
Dezembro	7	3	3	5	0	3
Total	84	36	36	60	0	36
<i>No de membros</i>	<i>7,00</i>	<i>3,00</i>	<i>3,00</i>	<i>5,00</i>	<i>0,00</i>	<i>3,00</i>

Exercício Social findo em 31/12/2019 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	7	3	3	5	0	3
Fevereiro	7	3	3	5	0	3
Março	7	3	3	5	0	3
Abril	7	3	3	5	0	3
Maio	7	3	3	5	0	3
Junho	7	3	3	5	0	3
Julho	7	3	3	5	0	3
Agosto	7	3	3	5	0	3
Setembro	7	3	3	5	0	3
Outubro	7	3	3	5	0	3
Novembro	7	3	3	5	0	3
Dezembro	7	3	3	5	0	3
Total	84	36	36	60	0	36
<i>No de membros</i>	<i>7,00</i>	<i>3,00</i>	<i>3,00</i>	<i>5,00</i>	<i>0,00</i>	<i>3,00</i>

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	9	3	3	8	0	3
Fevereiro	9	3	3	8	0	3
Março	9	3	3	8	0	3
Abril	9	3	3	8	0	3
Maio	7	3	3	5	0	3
Junho	7	3	3	5	0	3
Julho	7	3	3	5	0	3
Agosto	7	3	3	5	0	3
Setembro	7	3	3	5	0	3
Outubro	7	3	3	5	0	3
Novembro	7	3	3	5	0	3
Dezembro	7	3	3	5	0	3
Total	92	36	36	72	0	36
<i>No de membros</i>	<i>7,67</i>	<i>3,00</i>	<i>3,00</i>	<i>6,00</i>	<i>0,00</i>	<i>3,00</i>

13.3 Remuneração variável no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Exercício Social corrente 31/12/2021 - Prevista (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	3	13
Nº de membros remunerados	7	0	3	8
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Em relação a participação nos resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

Exercício Social findo em 31/12/2020 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	0,00	3,00	8,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Em relação a participação nos resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

Exercício Social findo em 31/12/2019 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	0,00	3,00	8,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Em relação a participação nos resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	0
iii. valor efetivamente reconhecido	-	0

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,67	3,00	3,00	13,67
Nº de membros remunerados	6,00	0,00	3,00	9,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Em relação a participação nos resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Antes da constituição da Companhia, a controlada Springs Global U.S. Inc. ("SGUS") administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente, porém com ações da própria Companhia. Naquela data, o plano de ações da controlada SGUS deixou de existir.

Das opções de ações emitidas pela Companhia, 175.000 tinham direito a valorização (*appreciation right*). Em 31 de dezembro de 2018, nenhuma ação tinha direito a valorização. O direito à valorização permitia ao beneficiário receber, para cada opção exercida, um pagamento em dinheiro (ou as ações da Companhia, se o funcionário ainda estiver empregado na controlada SGUS, na data do exercício) no valor igual à diferença entre o valor justo de mercado da ação da Companhia, como definido no plano, e o preço exercido da opção. Durante o ano, a Companhia efetuou avaliação do valor justo dessas opções o que resultou em nenhum passivo a ser reconhecido.

Até a presente data, não há previsão de remuneração baseada em ações e nos três últimos exercícios nenhum executivo da Companhia e suas controladas teve remuneração baseada em ações.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, como também não há previsão para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2021.

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Não há opções em aberto para quaisquer membros do órgão da administração da Companhia e suas controladas.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais

Não houve opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Valores mobiliários detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal emitidos pela Companhia	
	<u>Quantidade de ações¹</u>
Emissor	
Conselho de administração	6
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	1
Controlador Direto – Companhia de Tecidos Norte de Minas	
Conselho de administração	35.414
Diretoria estatutária	1.035
Conselho fiscal	-
Controlador Indireto – Wembley S.A.	
Conselho de administração	129.240
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Indireto – José Alencar Gomes da Silva – Com. Part. Emp. S.A.	
Conselho de administração	-
Diretoria estatutária	34.696
Conselho fiscal	-
Controlador – Companhia de Tecidos Norte de Minas	

¹ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo Administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal Administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Nenhum membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária possuem planos de previdência em vigor, que sejam custeados pela Companhia.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração (em R\$, exceto número de Administradores)	Exercício social findo em		
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Conselho de Administração			
Número total de membros	7,67	7,00	7,00
Número de membros remunerados	6,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	153.840,00	158.760,00	158.760,00
Valor da menor remuneração individual	153.840,00	158.760,00	158.760,00
Valor médio da remuneração individual	152.200,00	158.760,00	158.760,00
Observação	Considera apenas os membros que ficaram 12 meses no cargo		
Diretoria Estatutária			
Número total de membros	3,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração individual	-	-	-
Valor da menor remuneração individual	-	-	-
Valor médio da remuneração individual	-	-	-
Observação	Os membros da diretoria estatutária são remunerados por controladas, conforme ilustrado no item 13.15	Os membros da diretoria estatutária são remunerados por controladas, conforme ilustrado no item 13.15	Os membros da diretoria estatutária são remunerados por controladas, conforme ilustrado no item 13.15
Conselho Fiscal			
Número total de membros	3,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	39.192,00	39.696,00	39.696,00
Valor da menor remuneração individual	38.464,00	39.696,00	39.696,00
Valor médio da remuneração individual	38.706,59	39.696,00	39.696,00

Observação	<p>Considera apenas os membros que ficaram 12 meses no cargo. Na remuneração de maior valor, inclui devolução do imposto retido do ano anterior. Todos os membros do Conselho Fiscal recebem a mesma remuneração</p>	<p>Considera apenas os membros que ficaram 12 meses no cargo.</p>
-------------------	--	---

13.12 Descrição de arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais ou apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual total da remuneração de cada órgão reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos foi reconhecido, devido ou pago pelo emissor.

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício Social 2020 - Remuneração recebida em função exclusivamente do exercício do cargo no emissor

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor	465	430		895
Sociedades sob controle comum				

Exercício Social 2020 - Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		2.745		2.745
Sociedades sob controle comum				
Atribuições das remunerações: CEO da Coteminas, CEO da AMMO Varejo, e Vice-Presidente Industrial				

Exercício Social 2019 - Remuneração recebida em função exclusivamente do exercício do cargo no emissor

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor	260	425		685
Sociedades sob controle comum				

Exercício Social 2019 - Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		2.776		2.776
Sociedades sob controle comum				
Atribuições das remunerações: CEO da Coteminas, CEO da AMMO Varejo, e Vice-Presidente Industrial				

Exercício Social 2018 - Remuneração recebida em função exclusivamente do exercício do cargo no emissor

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor	212	425		636
Sociedades sob controle comum				

Exercício Social 2018 - Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		2.775		2.775
Sociedades sob controle comum				
Atribuições das remunerações: CEO da Coteminas, CEO da AMMO Varejo, e Vice-Presidente Industrial				

13.16 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária



SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57
NIRE 3130002243-9
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Springs Global Participações S.A (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, às 10:00 horas do dia 30 de abril de 2021, de modo totalmente digital, na sede social da Companhia, localizada na cidade de cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;
- b) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, e fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício fiscal de 2021; e,
- c) Considerando a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2021 pelo acionista controlador, definir o número e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, e fixar a sua remuneração.

Informações Gerais:

Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.springs.com/ri), e nos sites da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.

As regras e os procedimentos para os acionistas que desejarem participar por meio digital da AGO encontram-se no site de Relações com Investidores da Companhia, (www.springs.com/ri), na seção Governança Corporativa / Atas de Reunião e Assembleia.

Os acionistas que desejarem participar, pessoalmente ou através de procuradores, da AGO por meio digital deverão enviar tal solicitação à Companhia, pelo e-mail ri@springs.com, incluindo os



documentos de comprovação da sua identidade e da sua posição acionária, e os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital, com antecedência mínima de 48h da realização da AGO, ou seja, até as 10 horas, horário de Brasília, do dia 28 de abril de 2021.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização.

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade.

A Companhia adotará o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientação contida na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG, 30 de março de 2021.

A Administração